



Câmara de Comércio de Barlavento
Northern Chamber of Commerce



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2023

www.camara.cv

REDE EMPRESARIAL NORTE

Ser membro da Câmara de Comércio de Barlavento (CCB) é fazer parte da maior e mais prestigiada agremiação empresarial do país. É ter o suporte institucional de uma agremiação centenária na promoção empresarial e resolução dos constrangimentos que insistem em obstaculizar o ambiente de negócios. É estar a par das tendências de mercado, oportunidades de investimento e informações legais concernentes.

Ser associado é simples

O associativismo é uma das maiores vantagens competitivas no mundo dos negócios. A integração do associado (pessoas coletivas ou profissionais individuais) é um processo simples, podendo durar, no máximo, 24 horas. Para tal, saiba que:

- A inscrição torna-se efetiva após o pagamento de uma jóia no valor de 1.000 (mil) ECV e da quota inicial;
- Existe uma tabela de preços para os serviços disponibilizados pela CCB;
- Os sócios ordinários gozam de um desconto na ordem de 25% em todos os serviços promovidos pela CCB;
- Os sócios ordinários com quota anual regularizada gozam ainda de um desconto adicional de 10%.

Quem pode ser Sócio Parceiro?

Algumas empresas gozam ainda do estatuto de Sócio Parceiro da CCB, determinada por um valor mínimo da quota fixada em 10.000 ECV, ou devido a acordos especiais de parceria.

Empresas e consultores individuais, prestadores de serviços especiais (formação, assistência técnica especializada, etc.) podem também beneficiar-se deste *status*, através do acordo de acumulação de horas de colaboração a favor da instituição.

Contrapartidas ao Sócio Parceiro

- Publicidade em todas as páginas do portal da instituição, na *Newsletter institucional*, no Suplemento Empresarial, no "Guia" do Cartão do Empresário e em espaços nobres de eventos públicos.

Para esta categoria, os descontos em relação aos serviços inscritos no portefólio da CCB são negociados no momento da inscrição.



CÂMARA DE COMÉRCIO DE BARLAVENTO (CCB)

Quem somos

Somos a maior e a mais antiga agremiação empresarial do país.

Percorremos um longo caminho desde a fundação até a presente data, buscando consolidação institucional e afirmação enquanto entidade representativa do empresariado regional. As nossas raízes remontam 1918, o ano da fundação da ACIAB.

Integram a nossa rede empresarial centenas de membros associados, entre os quais destacamos profissionais liberais, micro, pequenas, médias e grandes empresas, e associações da classe.

Somos o parceiro credível e indispensável de qualquer empresário que procura estabelecer negócios na região Norte de Cabo Verde.

Estratégia de Intervenção

A nossa estratégia passa por transformar as condições em que os empresários de Barlavento desenvolvem as suas atividades, reduzindo ao mínimo os constrangimentos que perturbam a melhoria contínua do ambiente de negócios.

Criamos condições para que o empreendedorismo qualitativo se imponha e frutifique na região, visando uma densificação do tecido empresarial privado e, por essa via, a criação de empregos sustentáveis.

Promovemos e assessoramos a exploração de todas as potencialidades económicas da região, particularmente das novas áreas de negócio geradoras de rendimentos, de empregos, e indutoras de crescimento económico sustentável.

Estrutura Organizacional

Sendo a primeira instituição certificada em Cabo Verde (ISO 9001:2008), a melhoria contínua dos processos constitui o norte institucional.

O empresário está no centro das nossas atenções e, por isso, cerca de 75% dos recursos da instituição são canalizados para a capacitação empresarial.

Cobrimos a totalidade das ilhas habitadas da região Norte do país através de uma rede de Delegações estabelecidas nas ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Sal, e Boa Vista.

Órgãos Sociais

São órgãos sociais da CCB: a Assembleia-Geral, o Conselho Fiscal e a Direção, eleitos para um mandato de 4 anos. Atualmente, têm a seguinte estrutura organizacional:

Mesa da Assembleia

Presidente - Maria Teresa Graça, Representante da Fly Viagens e Turismo, Lda.

Vice-presidente - Frantz Monteiro dos Reis Tavares, Representante da Decameron CV S.A.

Secretária - Tânia Sofia Gomes, Representante da Sossir, Lda.

Conselho Fiscal

Presidente - Paulo Monteiro, Representante da GARANTIA, SA

Vogais:

Pedro Medina, Representante da MATEC, S.A.,

José Gomes Lima, Representante da Limage, Lda.

Direção

Presidente - Jorge Pimenta Maurício, Representante da TRANSLOGISTIC, LDA

Vice-Presidente - Suzana Mões Joaquim, Representante da Drogaria do Leão, Lda

Vogais Efetivos:

Filomena Fonseca Santos, Representante da Fonseca & Santos
Helena Rebelo Rodrigues, Representante de Helena Rebelo Rodrigues

Helena Sofia Fortes, Representante da HF – Mediação e Imobiliária, Lda

Victor Jorge Lúcio Rocheteau, Representante da Tropictur, Lda.

José António Lima, Representante da Bento, S.A.

Santo Antão - Alcinda Andreza Lima, Representante da Cooperativa Pares

Sal - Manuel Adrião, Representante da SOCOL, Lda.

São Nicolau - Alexandre Lima, Representante de Renta-a-Car Lopes, Lda.

Boa Vista - Paulo Santos, Representante da EDEAL - Consultoria e Serviços, Lda

Equipa Técnica

A capacidade técnica da instituição reside numa equipa multidisciplinar e dinâmica que, no processo de assistência técnica às empresas, é apoiada por uma rede de consultores e parceiros nacionais e internacionais, com competências em todas as áreas da atividade empresarial.

As necessidades das empresas associadas, distribuídas pelas 5 ilhas de Barlavento, são avaliadas periodicamente através de contactos e visitas regulares, durante as quais se questionam os aspetos genéricos e específicos relacionados com o ambiente de negócios, e, naturalmente, com o desempenho da CCB.



ÍNDICE

SEDE (Mindelo)

Avenida 5 de julho (Praça Nova)
Mindelo, São Vicente, Cabo Verde
C.P.: 728
Telefone: +238 232 84 95
E-mail: gil.costa@camara.cv

DELEGAÇÃO SANTO ANTÃO

Porto Novo
Telefone: +238 222 80 13
E-mail: nivaldo.oliveira@camara.cv

DELEGAÇÃO S. NICOLAU

Ribeira Brava
Telefone: +238 235 20 18
E-mail: aderita.santos@camara.cv

DELEGAÇÃO SAL

Espargos
Telefone: +238 241 37 11
E-mail: celio.evora@camara.cv

DELEGAÇÃO BOA VISTA

Sal Rei
Telefone: +238 251 22 79
E-mail: gilda.delgado@camara.cv

	Pág.
[1] Mensagem do Presidente	6
[2] Retrospectiva económica 2023	7
[3] Atividades Corporativas	8
[3.1] Capacitação Institucional	8
[3.1.1] Auscultação às empresas	9
[3.1.2] Projeto ilhas sem plástico	11
[3.1.3] Projetos candidatos ao fundo Interreg-MAC	12
[3.1.4] Cooperação técnica e interinstitucional	13
[3.1.5] Projeto interinstitucional SmartBlue_F	22
[3.1.6] Sociedade de Informação ao Crédito - CREDITINFO	23
[3.1.7] Sistema de Gestão de Qualidade ISO 9001:2015	24
[3.1.8] Business Center de Santo Antão e do Sal	25
[3.1.9] Mediadores de imobiliário cabo-verdiano	25
[3.1.10] Política de Gestão dos Associados	26
[3.2] Promoção Empresarial	28
[3.2.1] Programa de Assistência Técnica	28
[3.2.2] Principais Formações e Eventos Promovidos em 2023	29
[3.2.3] Apoio à Internacionalização	41
[3.2.4] Incubação de ideias de negócio	44
[3.3] Janela do Empresário (Serviços públicos de utilidade empresarial)	45
[4] Relatório Financeiro	47
[4.1] Análise – Realização do Orçamento	47
[4.2] Análise Financeira 2023-2022	51
[4.3] Execução dos Projetos em carteira para 2023	52
[5] Anexos	53
[5.1] Mapa do Desvio Orçamental	53
[5.2] Mapa de execução orçamental 2023-2022	54
[5.3] Balanço 2023-2022	55
[5.4] Demonstração de Resultados 2023-2022	56
[5.5] Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados	56
[5.6] Relatório da Auditoria Externa 2023	65
[5.7] Relatório do Conselho Fiscal 2023	68
[5.8] Legislação Publicada em 2023	73

[1] Mensagem do Presidente

Prezados Associados,

Os anais da história associativa desta agremiação empresarial nunca registaram um momento particularmente desafiante para a sociedade e economia cabo-verdiana, e em particular, para o ambiente de negócios das nossas empresas, como foi o contexto em que esta Direção ao qual tenho a honra e privilégio de presidir, assumiu os desígnios da CCB para o período 2020 – 2024.

O início deste mandato em plena crise sanitária internacional (COVID-19), subsequentemente agudizada pelas externalidades negativas do conflito bélico entre a Rússia e a Ucrânia, e, a nível interno, pelos efeitos dos sucessivos maus anos agrícolas por conta da seca perlongada, impeliu a que esta Direção trabalhasse simultaneamente em duas frentes, de forma a que, por um lado, medidas de proteção das famílias, empregos e rendimentos pudessem ser empreendidas imediatamente, e por outro, que a própria instituição (CCB) pudesse ser reorganizada em termos de gestão e liderança, e sobretudo reposicionada enquanto interlocutor privilegiado do setor privado barlaventino.

Estes três anos à frente desta Direção, condicionado por um contexto económico internacional altamente especulativo e volátil, impôs, não só prudência nas decisões, mas sobretudo desafiou a instituição a reinventar soluções a curto e médio prazo, nos quais a CCB teve a oportunidade de também contribuir ativamente junto do Governo e parceiros, no desenho do Plano de Retoma da Economia.

Hoje a CCB é sem dúvidas uma instituição mais inclusiva, graças a uma estratégia ousada, assente num associativismo participativo, altruístico e de proximidade, e sempre em prol de mais e melhores condições e benefícios para o setor privado. As incertezas que caracterizaram este mandato começam agora a dar lugar à confiança na economia, o que por sua vez tem permitido à retoma e consolidação dos negócios, facilitando assim o desenho de um Plano de Atividades e o Orçamento 2024 com foco em recentrar a CCB na tão almejada consolidação institucional.

Por fim, e no que concerne à gestão financeira da CCB, o relatório da auditoria externa e independente certifica que as contas de 2023 representam de forma verdadeira e apropriada a situação financeira a 31 de dezembro, devendo destacar que o rendimento global realizado excedeu o orçado em cerca de 2.370.000 ECV, graças ao aumento das atividades correntes, proveitos e ganhos financeiros, e por outro, e não menos importante, na contenção da maioria dos gastos correntes. O resultado líquido é positivo, e no valor de 19.678 ECV.

Cordialmente,



Jorge Pimenta Maurício, Presidente da Direção.

CCB - Relatório de Atividades e de Contas do ano 2023

Pág. 6/74

[2] Retrospetiva económica 2023

As previsões para 2023 estavam *ab-initio* alicerçadas em indicadores de confiança com tendência negativa, tanto a nível das empresas quanto ao nível das famílias, perspetivando um contínuo abrandamento da economia devido a eventuais cancelamentos (ou adiamentos) de investimentos, recomendando, inclusive, a maiores cautelas no consumo (redução).

Todavia, as previsões do Banco Mundial, ainda que conscientes destas incertezas e riscos negativos substanciais, cifraram o crescimento gradual da economia cabo-verdiana numa média de 5,6% (4,6 por cento em termos per capita), na expectativa de que uma retoma dos fluxos turísticos no último trimestre, setor impulsionador da economia do país, acabaria por ter um efeito multiplicador nos demais setores.

Efetivamente, o país acabou por registar em 2023 a maior entrada de turistas todos os tempos, alcançando a tão desejada meta do 1 milhão, e cujas perspetivas para 2024 devem manter a tendência crescente para o destino Cabo Verde.

No que concerne aos transportes, e em particular, os transportes marítimos, registou-se em 2023 um aumento nos movimentos dos navios, das mercadorias, dos passageiros e dos contentores nos portos nacionais. Por sua vez, registou-se também nos transportes aéreos um aumento nos movimentos de aeronaves, de passageiros, dos correios e nos movimentos de cargas nos aeroportos e aeródromos nacionais, ainda que os constrangimentos nos transportes aéreos interilhas persistem, a descontento das empresas e das famílias.

A nível do Comércio Externo, os dados provisórios indicam um acréscimo das exportações na ordem dos 12% e uma diminuição das reexportações em 14,9%, comparativamente ao período homólogo. Relativamente as importações, registou-se igualmente um aumento de 4,8% face ao ano de 2022, tendo, em consequência, o deficit da balança comercial aumentado em 4,4%, e a taxa de cobertura diminuído em 0,4 pontos percentuais.

O país fechou assim o ano de 2023 em grande, tendo o **Banco Mundial** anunciado em novembro último a aprovação de um crédito de 40 milhões de dólares (cerca de 36,7 milhões de euros) para melhorar as infraestruturas urbanas e de transporte resilientes no país, e logo de seguida, em dezembro, Cabo Verde foi selecionado, agora, para mais um compacto do **Millennium Challenge Corporation (MCC)**, desta vez para fins de integração económica regional.

A nível internacional, Cabo Verde conquistou a primeira posição no **Ranking do Índice Global de Inovação** (*Global Innovation Index 2023*) na região de África Ocidental, e somos, também, o único país africano de língua portuguesa a figurar no "Top 100".

Por fim, e de acordo com os dados provisórios do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), **a conjuntura económica é favorável, pelo que as perspetivas para 2024 são de um ano de consolidação e crescimento dos negócios, e de mais e melhores investimentos.**

[3] Atividades Corporativas

O Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o ano de 2023, e cuja execução está plasmado no presente Relatório, foi desenhado ainda num contexto de incertezas e riscos substanciais, tendo a CCB, todavia, pela noção de que sendo as crises cíclicas, a estratégia de promoção e defesa dos interesses da classe deveria ser ousada e assente numa visão anticíclica, quer em termos de gestão corrente, quer em termos de atividades que pudessem garantir uma contínua consolidação do processo da retoma económica.

[3.1] Capacitação Institucional

A estratégia de capacitação institucional para 2023 teve como principal pilar a transferência gradual do foco da recuperação económica para o relançamento da economia.

Assim sendo, e aliado a quotidiana advocacia em prol do setor privado, as parcerias institucionais facilitadas pelo vasto *networking* que a CCB beneficia, continuaram a ser trabalhadas de forma proativa, tanto no *follow-up* de projetos e programas em andamento, como de outros em carteira e potenciais, resultando em mais projetos e ações concretas.

Todavia, e se por um lado, o contexto da transição de recuperação económica para o seu relançamento, permitiu implementar, concluir e perspetivar várias iniciativas de promoção empresarial, por outro, obrigou no entanto a que a CCB reavaliasse a pertinência da continuidade de alguns projetos em carteira que, dado o período que intermedeia a sua conceção e futura implementação, fortemente condicionado por externalidades conjunturais, e particularmente nos últimos três anos, tiveram que ser redesenhados, suspensos ou mesmo cancelados, caso do i. Projeto da construção de um complexo industrial e logístico no parque industrial do Lazareto (CIL), agora cedido para a ZEEMSV para a sua implementação, num quadro mais amplo da reestruturação do Parque Industrial de Lazareto; ii. Projeto CreditInfo que, pela situação de falência técnica e inoperância da empresa, e montantes necessários para a sua recapitalização, e não menos importante, o projeto similar e concorrente a ser oportunamente implementado pelo BCV – Banco de Cabo Verde, desaconselham a continuidade do projeto; e iii. A gestão participada na FIC, S.A., que está a aguardar pela retoma do processo das privatizações do setor empresarial do Estado.

Relativamente ao projeto da criação da primeira entidade Certificadora Privada Nacional, houve a necessidade de rever a estrutura acionista de forma a poder absorver a Câmara de Turismo de Cabo Verde (CTCV), uma vez que sendo o projeto de âmbito nacional, e a certificação no setor do turismo um dos serviços com maior potencial no portefólio da empresa, torna-se uma mais-valia ao projeto alargar a estrutura acionista de forma a poder incorporar a CTCV enquanto sócio parceiro.

Finalmente, vincar que o processo de alienação do capital social do fundo AfroVerde continua a aguardar pelo posicionamento formal do potencial comprador internacional, uma vez que já foram cumpridas todas as formalidades legais pelos acionistas cabo-verdianos.

[3.1.1] **Auscultação** às Empresas

O desenho de um plano de capacitação institucional está, desde logo, na dependência de uma auscultação constante do tecido empresarial barlaventino, e quase que diário dos nossos associados, o que nos permite não só estar a par dos condicionalismos que insistem em emperrar o nosso ambiente de negócios, mas sobretudo, das soluções e sugestões de melhoria propostos pelos próprios empresários e parceiros.

Este diálogo constante e inclusivo com a classe empresarial reforça o posicionamento da CCB enquanto interlocutor privilegiado do setor privado, o que nos permite aportar para os vários pedidos de parecer ministeriais sobre as propostas de legislação com impacto empresarial, a visão e interesses do setor privado.

A CCB tem assim esta preocupação de também promover o diálogo público e privado, na certeza de que apenas o diálogo aberto, inclusivo e constante poderá aproximar as expectativas entre as propostas e medidas de política da governação e os interesses dos empresários, visando o bem maior que é a melhoria continua do nosso ambiente de negócios.

Das situações elencadas pelo empresariado barlaventino durante o ano de 2023 e que mereceram maior destaque e concordância entre a classe foram maioritariamente de natureza fiscal, devendo de destacar as seguintes:

- Necessidade de uma Administração Fiscal mais responsiva (necessidade de devolver um retorno aos processos de recurso hierárquico; uma transição fiscal digital que efetivamente dê combate ao excesso de burocracia por conta do IRPC, que pode ser facilmente suprimida com a interoperabilidade e cruzamento de dados já na posse da DNRE; o reembolso do IVA que não tem um prazo legal estipulado; necessidade de uma uniformização da interpretação das leis e procedimentos administrativos em todas as repartições das finanças no país, evitando que a mesma situação seja abordada de forma diferente, em consequência da localização das mesmas, gerando custos de

contexto desnecessários; o envio de notificações fiscais em cima do prazo; a necessidade de mecanismos de pagamento parcelado dos impostos e bem como encontro de contas, e igualmente uma maior abertura da parte da Administração Fiscal para encontrar soluções consentâneas com o contexto empresarial e tipologia de empresas existentes no país, que são maioritariamente, micro e pequenas empresas);

- A dificuldade na submissão de pedidos de vistos Schengen, e, em particular, com destino a Portugal, principal parceiro comercial de Cabo Verde no que toca as importações, tem afetado sobremaneira as relações empresariais entre os dois países, a descontento dos empresários de ambos países. Empresas com largos anos de relacionamento sério e sólido com empresários portugueses tem enfrentando vários constrangimentos na submissão dos respetivos pedidos de visto, que começa com o simples embaraço em conseguir realizar um agendamento para submissão do processo;
- A coesão territorial, entendida como a facilidade de fazer circular de forma eficaz e eficiente pessoas, bens e serviços entre as ilhas, continua a ter uma pontuação muito negativa para os transportes aéreos, onde os empresários não vislumbram soluções a curto médio prazo;
- As excessivas exigências, burocracia e aversão ao risco no setor bancário continuam a castrar oportunidades de negócio com potencial de crescimento e internacionalização;
- Necessidade de dinamizar a arbitragem como meio alternativo na resolução de contratos e litigância comercial, porquanto é mais célere e menos custo comparativamente aos processos judiciais que, na maioria dos casos, padecem da morosidade da justiça;
- Torna-se necessário proceder à atualização da legislação laboral de forma que possa ser amiga do investimento, sem, todavia, pôr em causa os direitos e garantias tanto do trabalhador como do empregador;
- Os procedimentos institucionais (serviços públicos desconcentrados do Estado, como por exemplo os Registos e Notariado, Cartório, etc.) e custos inerentes do serviço continuam a não ser iguais em todas as ilhas, onerando assim as ilhas mais periféricas;
- Ausência de políticas públicas de suporte à internacionalização das empresas;
- Necessidade de se proceder à transição digital nos serviços da administração pública (não faz sentido ter toda a informação no sistema, e fácil de se proceder à contraprova, para, no entanto, continuarem a exigir a entrega de documentos em suporte físico);

- Torna-se necessário que as Câmaras de Comércio passem a disponibilizar, adicionalmente e de forma complementar, outros serviços públicos (licenciamento industrial, comércio a retalho, notário privado, etc.), de forma a facilitar, através de um Balcão Único, todos os serviços demandados pelas empresas e empresários.

Finalmente, e ainda que os contribuintes sugerem a DNRE – Direção Nacional das Receitas do Estado seja mais dialogante e pedagoga, os empresários exortam, todavia, para necessidade dos serviços de inspeção fiscal serem mais rigorosos, sugerindo, inclusive, a prática de visitas aleatórias frequentes às empresas, pois, existem muitos operadores que não cumprem, sem no entanto sofrerem quaisquer consequências (vendas sem faturas, vendas sem IVA, etc.), o que acaba por fomentar ainda mais a concorrência desleal e o sentimento de impunidade.

[3.1.2] Projeto ilhas sem Plástico

A CCB tem colaborado ativamente na realização do estudo inerente a implementação do projeto Ilhas sem Plástico, o qual, e uma vez implementado na “lixreira de São Vicente”, funcionará como um centro de recuperação de resíduos plásticos produzidos tanto em São Vicente como na vizinha ilha de Santa Luzia.

Promovida pela sociedade francesa de urbanismo e paisagismo *SCE - Aménagement & Environnement*, e cujo cofinanciamento será assegurado maioritariamente pelo Fundo Francês para o Ambiente Mundial (FFEM), este projeto conta ainda com o engajamento de outros parceiros, tanto internacionais como nacionais, sendo estes últimos e imprescindíveis, a CCB, o Ministério do Mar, a Câmara Municipal de São Vicente, para além de ONG's internacionais e mindelenses como a SMILO, BIOSFERA e SIMILI.

Orçado em 5 milhões de euros, a edificação deste Centro está prevista para o último trimestre de 2024, devendo, três anos depois (2027), ser transferido para a gestão da CMSV. A CCB, consciente por um lado, da urgente necessidade do tratamento de todos os dejetos produzidos, e em particular, dos plásticos, e por outro, da valência dupla deste projeto de economia circular que, para além de resolver a questão do lixo plástico, trabalhará na sua reciclagem e transformação, criando empregos diretos e indiretos, e contribuindo, em última análise, para um ambiente sustentável, endossou logo no primeiro contacto em 2021 uma carta conforto ao projeto, tendo mais tarde em 2023, e já com garantia de financiamento pelo FFEM, assinado agora uma nota de engajamento no qual torna-se parceiro oficial do projeto.

Enquanto parceiro, a CCB comprometeu-se a disponibilizar um quadro técnico para apoiar o consórcio durante os 3 primeiros anos do projeto, período durante o qual assumiu o desafio de executar uma ação de formação de formadores no domínio de Gestão de Plásticos nas Empresas, para além de ter de realizar eventos empresariais de sensibilização e consciencialização sobre o tratamento de resíduos.

[3.1.3] Projetos candidatos ao fundo Interreg-MAC

No último trimestre de 2023, e já com olhos postos em 2024, e em particular, nas possibilidades de parcerias institucionais que possam gerar ganhos substanciais para o setor empresarial nacional, a CCB submeteu em estreita parceria com instituições da Região MAC (Madeira, Açores e Canárias), e na qualidade de país terceiro, 09 (nove) projetos candidatos a financiamento do Fundo Interreg-MAC da Comissão Europeia, a saber:

- **4 SILVER (em parceria com a Câmara de Comércio Angra do Heroísmo - Açores)**, um projeto cujo principal objetivo é promover na Região da Macaronésia as oportunidades existentes na *Silver Economy* (atividades, produtos e serviços desenhados para satisfazer as necessidades das pessoas com idade superior aos 50 anos). A CCB é a única parceira do projeto em Cabo Verde;
- **A3M Atlântica (em parceria com o Cluster Marítimo das Ilhas Canárias)**, visa valorizar os resultados obtidos nas suas iniciativas anteriores (projetos MAC SMARTBLUE e SMARTBLUE_F), esperando poder levar esta parceria para além dos territórios MAC, a fim de gerar uma agenda de influência nos centros de decisão a nível europeu e internacional. A A3M Atlântica centrará a sua atividade na promoção da inovação e da internacionalização das PME's das regiões do médio atlântico ativas na economia azul. Os parceiros em Cabo Verde são a CCB e ZEEMSV;
- **Águas de Lastre (em parceria com o Cluster Marítimo das Ilhas Canárias)**, é um projeto desenhado para melhorar a capacidade de deteção, monitorização, controlo e mitigação de espécies invasoras nos portos da área de cooperação, reduzindo assim o impacto ambiental e melhorando a competitividade do ecossistema empresarial nos portos da Macaronésia. Os parceiros deste projeto em Cabo Verde são a CCB e a UTA – Universidade Técnica do Atlântico;
- **Blue Supply Chain (em parceria com a Federação Canária de Empresas Portuárias)**, tem como principal objetivo reforçar o papel das empresas da Região na implantação de energias renováveis marinhas. Os parceiros do projeto em Cabo Verde são a CCB e a ENAPOR;
- **LAB Circular (em parceria com a Universidade da Madeira e a ARDITI – Agência Regional para o Desenvolvimento da Investigação - Madeira)**, é um projeto que tem como objetivo genérico o desenvolvimento e a implementação de soluções sistémicas circulares para a transição verde e sustentável na zona MAC (partilha de conhecimento e boas práticas). Os parceiros do projeto em Cabo Verde são a CCB e a UTA – Universidade Técnica do Atlântico;

- **INOVAZUL (em parceria com a Autoridade Portuária de Las Palmas - Canárias)**, o objetivo principal é promover a inovação e a internacionalização de empresas, *start-ups* e projetos empreendedores no setor da economia azul, aproveitando o potencial das atividades portuárias como ponte entre África, as Américas e a Europa. Os parceiros deste projeto em Cabo Verde são a CCB e a nossa congénere de Sotavento (CCS);
- **DATATOURISM (em parceria com a Universidade da Madeira)**, o objetivo do projeto é a pesquisa e o desenvolvimento de uma plataforma inteligente para criar um espaço de dados destinado às empresas na cadeia de valor do setor do Turismo da Região Macaronésia. Os parceiros deste projeto em Cabo Verde são a CCB e a UTA – Universidade Técnica do Atlântico;
- **SKILLING (em parceria com a Instituto Tecnológico de Canarias)**, o projeto tem como objetivo otimizar a empregabilidade e competitividade no mercado de trabalho, alinhando de maneira eficaz as habilidades profissionais dos empregados e candidatos à emprego, com as necessidades específicas dos setores estratégicos do futuro. A CCB é a única parceira em Cabo Verde;
- **MIGRAJOB (em parceria com a Subsecretaria de Emprego de Canarias)**, este projeto foca no desenvolvimento de uma estratégia de migração circular na região da Macaronésia, facilitando fluxos circulares de trabalhadores qualificados no setor de hospitalidade, através de vistos de residência baseados em formação em ocupações críticas em Portugal e Espanha (semelhante ao anterior projeto MAC FIT 4 Europe em que a CCB foi parceira de instituições espanholas e italianas). Busca aprimorar a formação profissional das pessoas, elevar a qualidade dos serviços de hospitalidade, e promover o desenvolvimento económico sustentável na Região. A CCB é a única parceira do projeto em Cabo Verde.

Interreg



Co-funded by
the European Union



MAC 2021-2027
Territorial Cooperation

MAC

[3.1.4] **Cooperação** técnica e interinstitucional

A cooperação técnica e institucional enquanto um dos principais pilares estratégicos que norteiam as relações interinstitucionais da CCB, continua a assumir particular relevância para o desenho e implementação das atividades de promoção empresarial, porquanto tem permitido à instituição não só potenciar inúmeras vantagens convergentes, oportunidades de cooperação, atração de investimento e mobilização de recursos (humanos, financeiros e tecnológicos), mas também

advogar por mais e melhores condições para o setor privado, visando uma melhoria contínua do nosso ambiente e negócios.

A cooperação com os sucessivos Governos através das estruturas ministeriais, serviços desconcentrados, rede diplomática acreditada no país, e mais recentemente, com a própria Casa Parlamentar através de visitas frequentes de todos os grupos parlamentares, tem vindo igualmente a permitir que a CCB contribua de forma direta e privilegiada no processo de redação e bem como de discussão de várias propostas legislativas e instrumentos jurídicos com impacto na atividade empresarial, na medida em que os pareceres técnicos solicitados à CCB, ou mesmo nos vários encontros e visitas de trabalho realizadas durante o ano, o posicionamento institucional incorpora sempre a visão, preocupações e anseios do setor privado.

Durante ano em apreço, a CCB recebeu vários pedidos de parecer e visitas e encontros institucionais, devendo de destacar as visitas do Presidente do Instituto do Turismo de Cabo Verde, do Chefe da Cooperação Europeia, do Secretário de Estado da Internacionalização Portugal devidamente acompanhado do seu Embaixador, dos Embaixadores da Índia e de Cuba, da Especialista Sénior da OIT para a África Ocidental, da Cooperação Luxemburguesa, e não menos importante, do Presidente da Câmara Municipal do Porto Novo.



Visita do Presidente do ITCV – Instituto do Turismo de Cabo Verde.



Visita de cortesia do Chefe da Cooperação Europeia em Cabo Verde.



Visita de cortesia da S. Exa. o Sr. Embaixador da Índia.



Encontro de trabalho com a S. Exa. o Sr. Presidente da Câmara Municipal do Porto Novo.



Encontro com a S. Exa. o Sr. Secretário de Estado da Internacionalização (PT) e Embaixador PT.



Encontro com a delegação chefiada pelo Presidente e Secretário-Geral da ACIF – Madeira.



Encontro de trabalho com a Especialista Sénior da OIT para África Ocidental e Coordenadora local.



Encontro de trabalho com o Especialista Sénior do Setor Privado do Banco Mundial em CV.



Encontro de trabalho com a S. Exa. o Sr. Embaixador de Cuba.



Encontro de trabalho com o Instituto Politécnico de Castelo Branco - Portugal.

Em 2023, e na senda do reforço e alargamento da rede institucional com impacto na promoção empresarial e na defesa dos interesses da classe, a CCB assinou novos protocolos de cooperação, devendo destacar:

- Protocolo com a PRÓCAPITAL;
- Protocolo com o Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa (CAC);

No âmbito da cooperação técnica e institucional, a CCB participou ainda, enquanto membro efetivo, em várias reuniões dos Conselhos Consultivos, Técnicos e Estratégicos, devendo destacar:

Conselho de Concertação Social

A concertação social enquanto instância de diálogo dos parceiros sociais (Governo, Sindicatos e Setor Privado), foi sempre um fórum privilegiado para o desenho de políticas económicas com impacto social, ainda que este mecanismo só tenha sido retificado em 2019 pelo Estado de Cabo Verde, de acordo com as recomendações da convenção 144ª da OIT – Organização Internacional do Trabalho.

No decorrer do ano de 2023 a CCB marcou presença nas duas reuniões de concertação social realizadas, sendo a agenda do primeiro encontro, realizado em março, cingido a dois pontos correlacionados, onde o primeiro foi a apresentação da versão final do PEDS II - Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável, e o segundo, a apresentação do Acordo de Concertação Estratégica 203 – 2026 enquanto pacto social para a competitividade, crescimento autossustentado, desenvolvimento sustentável e resiliência, e por fim, os termos de referência para a revisão do Código Laboral.

A segunda reunião, ocorrida agora em setembro, teve como ponto único da agenda o OGE 2024 – Orçamento Geral do Estado para o ano de 2024, o qual deverá ser executado em linha com o PEDS II, objetivando, na componente promoção empresarial, os seguintes objetivos:

- Desenvolver um turismo inclusivo, beneficiando todas as ilhas;
- Transformar Cabo Verde numa plataforma de transporte aéreo e num centro empresarial internacional;
- Promover a transição energética e a economia circular;
- Desenvolver uma plataforma digital para a inovação tecnológica;
- Criar uma plataforma financeira internacional;
- Reforço da conectividade interna e internacional;
- Fomento do empreendedorismo;
- Acelerar a transição digital da Administração pública;
- Priorizar o desenvolvimento do capital humano, e promover parcerias para a implementação da Zona Económica Especial Marítima em São Vicente (ZEEMSV).

No que se refere as políticas públicas, e em particular, a de rendimentos e preços, o OGE 2024, no montante de 85 milhões de Contos, prevê um ligeiro aumento do salário mínimo (de 14.000 ECV para 15.000 ECV), aumentos nos salários da administração pública de 2,8%, e bem como uma redução anual gradual do IRPC, com o compromisso de continua redução até alcançar os 20%.

As Câmaras de Comércio, enquanto membros conselheiros, reconheceram o esforço do Governo no desenho de medidas de política que possam criar uma economia resiliente, ressaltando, todavia, que a política fiscal deve continuar a merecer uma atenção especial em prol da contínua recuperação e competitividade das empresas, e em particular, no setor do turismo, tendo as Câmaras de Comércio apresentado uma proposta de redução do IVA de 15% para 10% na restauração.

Relativamente ao Acordo de Concertação Estratégica 2023-2026, deverá resultar do debate social alargado em torno dos enormes desafios emergentes no contexto internacional e dos desafios maiores a enfrentar no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2022-2026 e das respostas que este plano corporiza para impulsionar mudanças e acelerar o desenvolvimento de Cabo Verde.

As conclusões deste debate social alargado devem trazer os argumentos necessários para configurar o Acordo de Concertação Estratégica válido para o período 2023-2026 e fazer do Conselho de Concertação Social um órgão plural, mas convergente na realização dos maiores objetivos comuns: fazer de Cabo Verde uma democracia singular e um país competitivo, em crescimento autossustentado, emergente, promotor e realizador do desenvolvimento sustentável, equilibrado, humano, estável e resistente a ameaças e a choques externos.

Devem trazer, também, os elementos necessários e suficientes para a configuração da política económica de estabilização, nomeadamente nos domínios fiscal, monetário, cambial e de rendimentos e preços, bem como para a identificação das reformas nos planos político, económico e social, necessárias para alcançar os objetivos fixados.

O Acordo de Concertação Estratégica 2023-2026 deverá assim contribuir para a competitividade, crescimento autossustentado, desenvolvimento sustentável e resiliência.



Reuniões do Conselho de Concertação Social realizadas em março e setembro de 2023.



Conselho Superior das Câmaras de Comércio

O Conselho Superior das Câmaras de Comércio, cuja presidência para o período 2020 – 2024 está com a nossa congénere de Sotavento (CCS), reuniu-se várias vezes ao longo do ano em apreço, com o propósito de alinhar, e de forma uníssona, o posicionamento interinstitucional ao nível das Câmaras sobre os vários assuntos que impactam o ambiente de negócios.

Dos assuntos abordados e decisões concertadas, destaca-se o pedido de substituição do representante do Setor Privado no Conselho Diretivo do INPS - Instituto Nacional de Previdência Social, e inerente pedido de alargamento do representante do setor privado neste órgão de um para dois representantes, promovendo assim igualdade e equidade com as Centrais Sindicais que tem dois representantes neste órgão.

Por fim, e sendo a presidência deste Conselho rotativo, a CCB deverá agora e por sua vez assumir, a 01 de junho de 2024, a presidência deste órgão, cuja estratégia de promoção e defesa dos interesses da classe continua a passar por um alinhamento consentâneo entre as três Câmaras que a compõe (Barlavento, Sotavento e Turismo).



Comité de de Pilotagem (COPIL)

O Programa Indicativo de Cooperação (PIC) “Desenvolvimento-Clima-Energia” Cabo Verde – Luxemburgo (2021-2025) está estruturado em áreas prioritárias e estratégicas, e cuja coordenação estratégica e operacional é assegurada ao mais alto nível através do COPIL, entidade a qual a CCB é parte integrante. Este PIC comporta vários eixos, sendo:

- **Programa Emprego e empregabilidade**

Com ambição de continuar a promover e a efetivar o emprego e a empregabilidade no país, o Governo de Luxemburgo tem, através do programa de cooperação plurianual, financiado o programa emprego e empregabilidade, cujo principal objetivo é ter "um Cabo Verde desenvolvido, inclusivo, democrático, aberto ao mundo, moderno, seguro, com pleno emprego e liberdade", que é uma expressão do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável.

O objetivo deste apoio consubstancia-se em poder aumentar a eficácia e a eficiência do sistema de formação profissional do país, pelo que a CCB, também ela uma instituição com responsabilidade nesta matéria, e devidamente credenciada pela Direção-Geral do Emprego, Formação Profissional e Estágios Profissionais (DGEFPEP), deve poder nela beneficiar.

- **Projeto de apoio ao desenvolvimento da finança inclusiva em Cabo Verde**

Objetivo geral deste eixo é a inclusão financeira da população cabo-verdiana através da promoção de uma oferta relevante de produtos financeiros, apoiada por um setor de microfinanças profissional, transparente, flexível e sustentável.

Para o efeito, os intervenientes no domínio das microfinanças desenvolverão as suas capacidades técnicas e institucionais que lhes permitirá oferecer uma gama completa, adaptada, competitiva e inovadora de produtos financeiros destinados às populações economicamente desfavorecidas e às micro e pequenas empresas.

- **Programa de apoio à Transição Energética**

O principal objetivo do programa é conseguir ter uma energia mais acessível, quer através de uma produção e distribuição mais sustentáveis, quer de um consumo de energia mais eficiente, e bem como de um reforço da governação no setor energético.

Importa igualmente frisar que cada um destes eixos estão devidamente alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Comissão

Nacional do Codex Alimentarius (CNCA)

Em 2023, e no quadro das atividades realizadas pelo CNCA, a CCB participou em todas as reuniões ordinárias e extraordinárias organizadas sob a égide da ERIS – Entidade Reguladora Independente da Saúde.

Destacam-se, entre as principais atividades do ano, a participação da CNCA na operacionalização do projeto denominado de *“WHO facilitated assessment for Cabo Verde by applying FAO/WHO Food Control System Assessment Tool”*, visando o estabelecimento de um diagnóstico atual do sistema de controlo sanitário dos alimentos em Cabo Verde, através da aplicação de metodologias consolidadas pela FAO nesse domínio, cujo resultado culminou na elaboração de um Plano Nacional de Ação de Longo Prazo, onde se prevê, de entre outras, atividades específicas direcionadas ao reforço da intervenção das entidades nacionais de controlo e vigilância de alimentos, nomeadamente a ERIS, o IGAE, os Ministérios da Agricultura e da Saúde, e bem como das Câmaras de Comércio.



CCM

Mecanismo de Coordenação do Fundo Global

O CCM tem por objetivo avaliar e supervisionar as atividades dos projetos financiados pelo Fundo Global, incluindo o desempenho dos recipientes principais e secundários na implementação de programas ligados a doenças VIH, Tuberculose e Paludismo.

Entre as diversas atividades participadas e realizadas pelo CCM, além das reuniões ordinárias e visitas de supervisão a diversos concelhos do país, salientam-se os seguintes eventos com relevante importância para o sistema nacional de saúde, a saber:

- Projeto de Instalação e Produção de Oxigénio Medicinal nos Hospitais Centrais HAN e HBS;
- Preparação da candidatura do pedido de financiamento ao Fundo Global, candidatura essa que foi bem-sucedida;
- Certificação de Cabo Verde enquanto país livre de paludismo.

Conselho de Coordenação Regional (CCR)

No âmbito da implementação da política nacional de coesão territorial, o Governo instituiu o sistema de coordenação da política nacional de coesão territorial, através do Decreto-lei 23/2022, de 24 de junho, prevendo que a mesma se efetivasse a nível das ilhas por intermédio do Conselho de Coordenação Regional (CCR).

O Conselho é o órgão que faz a coordenação da execução, seguimento e avaliação da Política Nacional de Coesão Territorial a nível da ilha entre o Governo, os Municípios e as Organizações da Sociedade Civil, especialmente nos domínios da descentralização e das Políticas de Desenvolvimento Regional e Local.

Neste âmbito, realizou-se tanto no Sal como em São Nicolau, a 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Coordenação Regional das respetivas ilhas, onde a CCB, enquanto membro conselheiro marcou presença, a par de outras instituições proeminentes destas ilhas, sobre o chapéu institucional da Sra. Presidente do CCR, Dr. Janine Lélis, Ministra de Estado e da Coesão Territorial.

1º Encontro das Câmaras de Comércio de Espanha e da África Ocidental – África Business Fórum

A convite da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da África Ocidental (FEWACCI), Câmara e Comércio de Gran Canaria, em parceria com Governo das Ilhas Canárias - *Cabildo de Gran Canaria* e Casa África, a CCB participou no 1º Encontro das Câmaras de Comércio de Espanha e da África Ocidental – África Business Fórum, que decorreu na cidade de las Palmas – ilhas Canárias.

Com o objetivo de promover e fortalecer as relações comerciais e de investimento entre Espanha e África Ocidental, e bem como a troca de conhecimentos e melhores práticas comerciais, o evento pretendeu ainda servir de ponto de encontro para Câmaras de Comércio de diferentes países da África Ocidental que possuem economias estáveis e com maior potencial de crescimento, pelo que a organização logrou estabelecer ligações locais sólidas, estáveis e altamente profissionais que

permitiram identificar e aproveitar oportunidades de negócios entre estas duas regiões.

Com um programa de trabalho intenso, compreendido entre apresentações institucionais e empresariais, encontros B2B e visitas empresariais, esta 1ª Edição contou com a presença de 40 empresas canárias e 30 africanas, para além das Câmaras de Comércio de Espanha, Cabo Verde, Gana, Costa do Marfim, Gâmbia, Guiné-Bissau, Nigéria e Mauritânia, países estratégicos para o investimento Canário.

A CCB, representada neste evento na pessoa do Presidente Jorge Maurício, aproveitou esta deslocação para ainda participar na cerimónia de encerramento do projeto ConfiÁfri2, financiado pelo programa INTERREG MAC, e que durante o ano de 2022 financiou duas ações de capacitação da CCB, nas áreas de canalização e eletricidade.



Presidente da CCB no 1º Encontro de Câmaras de Comércio de Espanha e da África Ocidental.



Apresentações institucionais e empresariais que decorreram durante o encontro.



Programa

País para o Trabalho Digno em Cabo Verde 2023-2027

A CCB assinou, em representação dos empregadores de Cabo Verde, o Programa País para Trabalho Digno 2023-2027, um documento e compromisso estratégico concebido com base nas prioridades nacionais identificadas pelos signatários, visando contribuir para a promoção do trabalho digno no país.

O documento está assente em três importantes prioridades, designadamente, o reforço do capital humano e social, a transformação económica inclusiva, a prosperidade e uma transição justa para um ambiente saudável, e a governação transformadora centrada no desenvolvimento e coesão territorial reforçada.

O ato da assinatura do Programa foi testemunhado por altas entidades nacionais e internacionais, entre as quais se destaca a S. Exa. o Sr. Primeiro-Ministro de Cabo Verde, Dr. Ulisses Correia e Silva, o Diretor do escritório da OIT para África Ocidental, Sr. Dramane Haidara, o Ministro da tutela Fernando Dr. Elísio Freire, os trabalhadores, representados pelo Presidente da Confederação Cabo-verdiana dos Sindicatos

Livres (CCSL), Sr. José Manuel Vaz, a Secretária-Geral da União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde – Central Sindical (UNTC-CS), Sra. Joaquina Almeida, e as Câmaras de Comércio de Cabo Verde.



Ato de assinatura, entre os parceiros sociais, do Programa País para o Trabalho Digno.



Apresentação em plenária do Programa País para o Trabalho Digno.

[3.1.5] Projeto interinstitucional SmartBlue_F

Lançado em 2019 e concluída em novembro de 2023, o projeto SmartBlue_F foi uma iniciativa apresentada pelas regiões ultraperiféricas MAC (Madeira, Açores e Canárias) e cofinanciado pela União Europeia, com o propósito de consolidar esta aliança transnacional de agentes para apoiar a inovação como uma ferramenta para promover a cultura inovadora e a internacionalização, através do uso de sinergias compartilhadas, capacidades e recursos na área de cooperação MAC.

Estruturado em três objetivos claros e específicos, como sejam, a Governança, através do fortalecimento da cooperação territorial na economia azul, a Inovação, através do desenvolvimento de serviços inovadores de consultoria, ações e projetos dirigidos às empresas, e a Internacionalização, através do lançamento de ações conjuntas de promoção e oferta do espaço territorial MAC a nível internacional, o projeto contou com a parceria da CCB enquanto instituição de um país terceiro.

Neste quadro, e para além das reuniões de coordenação do projeto em que a CCB esteve sempre presente, e que decorreram em Madeira, Açores, Canárias e Cabo Verde, a CCB pode ainda contar com o suporte institucional e financeiro do projeto na realização e participação das seguintes atividades a saber:

- **EXPOMAR 2022** em Mindelo, com a presença de todos os parceiros do projeto através de um stand institucional e um programa de jornadas técnicas que versou sobre “Os desafios do turismo náutico na Macaronésia”, abrilhantado por especialistas das quatro regiões parceiros do projeto;

- **FIMAR 2023** – Feira Internacional do Mar, em Canárias, onde a CCB teve a oportunidade de envolver o IMP - Instituto Marítimo e Portuário, e o ITCV – Instituto do Turismo de Cabo Verde, enquanto parceiros estratégicos do setor;
- **ICOMIA 2023** – Conferência Mundial de Marinas, em Portugal, onde a CCB convidou, cofinanciou e acompanhou outros parceiros nacionais com projetos nesta área, caso da Marina Mindelo e o Sport Fishing Club do Mindelo.



Parceiros do projeto SmartBlue_F, em reunião final de coordenação.



Apresentação, pela CCB, das oportunidades de negócio e investimento na economia azul.

[3.1.6] Sociedade de informação ao crédito – CREDITINFO

Até 2020, momento em que foi suspenso, os sucessivos relatórios do Banco Mundial relativamente ao ambiente de negócios vinham acervando que o indicador de acesso ao crédito em Cabo Verde continuava a constituir um dos principais constrangimentos para a consolidação de uma economia de base privada, razão das Câmaras de Comércio terem procurado, junto do próprio Banco Mundial, uma solução técnica.

Neste âmbito, desde 2014 que as Câmaras de Comércio de Cabo Verde vêm trabalhando, com a Assistência Técnica da SFI - Sociedade Financeira Internacional e o suporte financeiro do Programa Millennium Challenge Account (MCA), num projeto que pudesse contribuir para facilitar o acesso ao financiamento através da criação de uma Central Privada de Risco de Crédito, mais tarde constituída legalmente e denominada de Credit Info CV.

Com uma estrutura acionista tripartidária, em que a CCB detém 24,5%, a nossa congénere de Sotavento (CCS) 24,5%, e a Creditinfo Internacional GMBH, parceiro técnico internacional (know-how) com 51%, esta sociedade, depois de superar vários constrangimentos legais no processo inerente a sua operacionalização, acabou entrar numa situação de falência técnica, levando a que em 2021 o parceiro tecnológico desistisse o negócio, propondo a cedência gratuitamente da sua quota-

parte aos restantes acionistas CCB e CCS, devendo estas agora passar a deter 50,001% e 49,999%, respetivamente.

As Câmaras derem o seu acordo a proposta de oferta, posicionando de imediato para identificar um novo e imprescindível parceiro tecnológico. Na ronda de contactos, em particular com o BCV – Banco de Cabo Verde, fomos informados que esta instituição, reguladora do setor e detentora de uma Central de Risco restrita às entidades bancárias, já tem em fase avançada de implementação um projeto de atualização da sua central de registos de crédito de forma a também poder absorver a atividade objeto da Credit Info CV, o que pode perigar a viabilidade do projeto das Câmaras de Comércio, por causa da possível concorrência (pequenez do nosso mercado).

Outrossim, o processo de registo da quota-parte doada requereu uma análise profunda dos instrumentos de gestão desta sociedade (Relatório de Atividades e Contas dos exercícios anteriores), o que se tornou impossível uma vez que não foi possível identificar, e muito menos ter acesso a quaisquer documentos de gestão desta sociedade. Assim sendo, para 2024, as Câmaras ficaram de decidir, face a realidade encontrada na empresa e potencial concorrência do BCV, se existe viabilidade na reestruturação da empresa, o que implicaria novos investimentos, ou se a melhor opção será a extinção da mesa, um assunto a ser cabalmente apreciado em sede da Assembleia Geral dos acionistas.

[3.1.7] Sistema de Gestão de qualidade ISO 9001:2015

A certificação da CCB no ano de 2008 na norma internacional ISO 9001, tanto na Sede como nas nossas Delegações, teve como principal propósito a aposta estratégica na gestão pela qualidade total, uma filosofia de trabalho assente na melhoria contínua dos nossos processos.

Uma vez certificada a instituição, uma das primeiras em Cabo Verde, a CCB logo tratou de promover e incentivar, no seio dos nossos associados e parceiros, a certificação enquanto diferencial competitivo e/ou mais-valia institucional, face a necessidade de se apostar em processos, produtos e serviços de qualidade, num mundo empresarial cada vez mais competitivo e globalizado.

Volvidos quinze anos da certificação inicial, e com auditorias internas e externas de acompanhamento anuais, bem como de auditorias externas de renovação do selo de qualidade a cada três anos, a CCB tem vindo de forma consistente a aplicar as melhores práticas apreendidas com a implementação do Sistema de Gestão de Qualidade, traduzindo-se numa gestão pela qualidade total, e com claros ganhos na eficiência e eficácia dos processos.

Em setembro de 2023 foi realizada mais uma auditoria externa de renovação, tendo o selo de qualidade da CCB sido renovado por mais três anos (2023 – 2026), e sem

registo de Não Conformidades, o que permitiu aos auditores externos da entidade certificadora EIC afirmarem que o sistema de qualidade da CCB encontra-se bem implementado e capaz de responder às solicitações dos clientes de forma satisfatória, entregando produtos e serviços conforme os requisitos internamente definidos.

[3.1.8] **Business Center** de Santo Antão e do Sal

Em 2023 foram reativados os projetos de edificação dos novos Centros de Negócio, priorizando as ilhas de Santo Antão e Sal, onde a CCB detém lotes de terreno em localizações privilegiadas nas cidades de Porto Novo e Espargos.

Para o efeito, a Direção da CCB decidiu apostar na mobilização de parcerias especiais, tanto em termos técnicos para desenvolver os projetos de especialidades, como de negócio, para viabilizar o investimento.

Os termos de referência permitem adjudicar a primeira fase a um gabinete de consultores, mediante um acordo baseado no princípio de *success-fee*, prevendo os seguintes resultados:

- Memória Descritiva e Justificativa, que descreva e justifique a conceção preconizada para cada Centro de Negócio, acompanhada por todos os elementos gráficos necessários para a sua compreensão, contendo os princípios gerais de conceção da solução;
- Quadro Resumo de Áreas para cada uma das partes que constituem o programa de intervenção que resultem da solução proposta;
- Estimativa do Custo Total da Obra, para cada Centro, com discriminação justificativa dos valores referentes às especialidades consideradas, o custo estimado para a construção dos Centros;
- Programação calendarizada.

Os respetivos dossiers de desenvolvimento dos estudos deverão estar concluídos no primeiro semestre de 2024, permitindo assim a CCB avançar para a sua edificação, uma vez identificada um parceiro estratégico.

[3.1.9] **Mediadores** de Imobiliário Cabo-verdiano

A mediação imobiliária vem assumindo cada vez mais importância em Cabo Verde, misturando empresas, angariadores imobiliários e informais, com níveis distintos de qualificação, responsabilidade e profissionalismo.

Embora o exercício da atividade comercial de compra e venda de imóveis esteja expressamente vedado às empresas licenciadas em Cabo Verde, empresários em

todas as ilhas recorrentemente reclamam do volume expressivo de negócio praticado na informalidade, da falta de fiscalização, da ausência de liderança associativa no seio da classe, entre outros aspetos, com sérios impactos no setor e na economia do país.

Neste quadro, a CCB começou a preparar uma iniciativa denominada “Juntar os mediadores para mudar o setor”, cujo objetivo é propor medidas para as inúmeras reivindicações dos empresários e profissionais da região, ansiosos por uma fatia do mercado mais justa, uma regulação e fiscalização mais eficientes, permitindo, ao mesmo tempo, inspirar segurança à classe, e bem como credibilidade e excelência na prestação dos seus serviços.

Concluída a fase de identificação dos potenciais sócios-fundadores e assegurada assessoria jurídica necessária para a constituição da Associação dos Mediadores da Imobiliária de Cabo Verde, resta agora, para o novo ciclo económico que se inicia em 2024, a institucionalização desta nova entidade.

[3.10] Política de Gestão dos associados

Sendo a CCB uma agremiação empresarial de adesão facultativa, a política de gestão dos seus associados assume particular relevância, para que a instituição se possa consolidar, gradativamente, numa voz uníssona do setor privado.

Em 2023, e alinhado com a visão estratégica da CCB para o mandato 2020-2024, a política de gestão dos associados assentou desde logo na inclusão, para que possamos ser efetivamente uma instituição integradora e representativa de todo o tecido empresarial da região de Barlavento.

O reforço do associativismo, através de políticas que permitam recuperar antigos associados e conquistar novos e mais associados em todos os setores de atividade económica, independentemente da sua dimensão, aliado às atividades de promoção empresarial centradas nas reais necessidades do setor, e advogando por mais e melhores condições para o setor privado, tem permitido a CCB levar o associativismo, objetivos e vantagens que preconiza, o mais longe possível.

Todavia, e não obstante o esforço que tem sido empreendido, quer em termos da promoção do associativismo inclusivo, quer em termos de promoção empresarial e defesa dos interesses da classe, em 2023, externalidades e variáveis não controladas pela CCB, e da responsabilidade direta de outras instituições, acabaram por influenciar a política de relacionamento com alguns dos nossos associados, porquanto, situações que continuam a emperrar o ambiente de negócios, caso da difícil mobilidade interilhas, e bem como a burocracia e dificuldade em agendar o visto Schengen, exigindo da CCB uma resposta que, não obstante os esforços empreendidos em vários encontros realizados junto destas entidades, ainda não sortiram os resultados desejados pelo setor empresarial e associados em particular.

Tabela I - Evolução dos associados por Ilhas (2019 - 2023)

	2019	%	2020	%	2021	%	2022	2023	2022-2023	%
S. Antão	42	15%	52	17%	81	22%	110	96	↓ -13%	23%
S. Vicente	180	64%	193	61%	208	56%	223	205	↓ -8%	48%
S. Nicolau	7	2%	9	3%	10	3%	19	18	↓ -5%	4%
Sal	46	16%	49	16%	59	16%	69	74	↑ 7%	17%
Boavista	6	2%	11	4%	11	3%	24	29	↑ 21%	7%
Santiago	0	0%	0	0%	1	0%	2	2	0%	0,5%
TOTAL	281	100%	314	100%	370	100%	447	424	↓ -5%	100%

São Vicente e Santo Antão continuam a ter um peso predominante no movimento associativo na Região de Barlavento, na medida em que 71% dos associados da CCB estão sediados nestas duas ilhas, com 48% e 23% respetivamente. Outrossim, torna-se importante também ressaltar o contínuo crescimento do associativismo nas ilhas do Sal e da Boa Vista que, mesmo atravessando períodos de crise, continuam a confiar na liderança associativa da CCB.

Os dados associativos chamam igualmente particular atenção para o facto de, desde 2021, a CCB ter associados na Região de Sotavento, o que demonstra que apesar da jurisdição institucional circunscrever-se à Região Norte, os benefícios proporcionados pela CCB e os ganhos para a classe têm sido a nível nacional.

Tabela II - Evolução dos associados por Setor de Atividade (2019 - 2023)

	2019	%	2020	%	2021	%	2022	2023	2022-2023	%
Comércio	93	33%	106	34%	126	34%	148	140	↓ -5%	33%
Serviços	130	46%	144	46%	174	47%	210	210	0%	50%
Indústria	55	20%	61	19%	66	18%	81	69	↓ -15%	16%
Agricultura	3	1%	3	1%	4	1%	8	5	↓ -38%	1%
TOTAL	281	100%	314	100%	370	100%	447	424	↓ -5%	100%

Sedo a economia cabo-verdiana uma economia de serviços, naturalmente os associados do setor dos serviços tem maior peso na estrutura associativa da CCB (50%), secundarizado pelo setor do Comércio (33%).

O tecido industrial presente na CCB ronda os 16%, e a agricultura ainda é pouco expressiva no movimento associativo (apenas 1%), o que reflete em parte a percentagem relativa do setor no que tange as empresas existentes na região e no país, apesar da inerente potencialidade, sobretudo na cadeia de valor do turismo.

Tabela III - Evolução dos associados por Tipo de Empresas (2019 - 2023)

	2019	%	2020	%	2021	%	2022	2023	2022-2023	%
Micro	96	34%	116	37%	161	44%	223	223	0%	53%
Pequena	134	48%	149	47%	158	43%	162	135	↓ -17%	32%
Média	19	7%	14	4%	14	4%	22	16	↓ -27%	4%
Grande	32	11%	35	11%	37	10%	40	50	↑ 25%	12%
TOTAL	281	100%	314	100%	370	100%	447	424	↓ -5%	100%

Os dados dos associados em 2023 acervam assim que a CCB continua a ser uma associação empresarial maioritariamente composta por micro e pequenas empresas (que em média representam a 85% dos associados), o que reflete a realidade da estrutura empresarial nacional. Convém, todavia, destacar que as microempresas têm, nestes últimos anos, aumentado o seu peso relativo no movimento associativo, representado 34% em 2019, 37% em 2020, 44% em 2021, 50% em 2022, e 53% em 2023).

Durante o ano de 2023 a CCB manteve a impactante campanha para a recuperação de associados suspensos e a angariação de novos sócios, através da conceção de facilidades no processo de reativação/inscrição, como seja a isenção de jónia e quotas para as empresas impactadas pela crise, uma política de isenção extensível igualmente às microempresas recém-criadas.

[3.2] Promoção Empresarial

A promoção empresarial, a par da capacitação institucional, constitui outro vetor estratégico e complementar da intervenção da CCB, em prol da defesa dos interesses da classe empresarial barlaventina e melhoria do ambiente de negócios.

Se, durante o ano de 2022, as atividades de promoção empresarial tiveram um foco específico na criação de premissas que pudessem acelerar a tão desejada retoma económica, visando recuperar as empresas que resistiram aos impactos das sucessivas crises e cuja situação financeira era gravosa, em 2023, o foco agora esteve na promoção de atividades que pudessem facilitar a transição para o relançamento da economia.

Neste quadro, e durante o ano em apreço, a CCB desenvolveu e operacionalizou, em parceria com outras instituições, vários programas de promoção empresarial centrados no relançamento da economia, desde ações de capacitação inter e intraempresa, eventos empresariais temáticos, à internacionalização de empresas através de missões empresariais e prospeções de mercado aos principais parceiros económicos de Cabo Verde, à incubação de ideias de negócios, e em particular, ao empreendedorismo jovem e feminino, e bem como a assistência técnica especializada, todos eles processos que registaram uma procura significativa comparativamente a 2022.

[3.2.1] Programa de Assistência Técnica

Em 2023 foram realizadas várias assistências não só às empresas de barlavento como a potenciais investidores externos, com maior demanda na orientação de processos de mobilização de recursos e licenciamento para atividades de importação e venda

a grosso, licenciamento industrial, licenças e registos de exportação para a CEDEAO e União Europeia, fiscalidade e despacho aduaneiro.

No que tange aos processos de mobilização de recursos, o acesso ao crédito bancário continua a constar como burocrático, difícil, e de resposta demorada, devendo acrescentar à estas reclamações do setor privado o prazo de espera das licenças emitidas pelas respetivas autoridades nacionais, nomeadamente em relação às atividades industrial, turismo, certificação de microprodução de energia (transição energética), e de exportação para países da CEDEAO.

Durante os processos de assistência técnica várias iniciativas empresariais foram apresentadas a CCB, e em todos os setores, com predominância para o setor do turismo, indústria agroalimentar, transportes e transição energética.

No que concerne à gestão empresarial e particularmente à gestão contabilística e financeira, os pedidos de assistência técnica continuam a estar maioritariamente relacionados com as questões fiscais e legais, como sejam a implementação do e-Fatura, do SAFT, e bem como com o REMP, particularmente para a transição para o Regime Normal e exclusões a esse regime.

[3.2.2] Principais Formações e Eventos promovidos em 2023

Durante o ano de 2023 foram realizadas um total de 23 ações de formação e eventos, representando 263 horas e beneficiando 591 participantes em todas as ilhas da região, de entre os quais destacamos:



Formação | O Aspectos práticos de um SGSA baseado na norma ISO 22000

O esforço contínuo de adaptação da legislação vigente às exigências contemporâneas e os progressos em termos de oferta alimentar, obriga aos operadores que se dediquem à produção primária, transformação e distribuição de géneros alimentícios, a adotarem medidas de autocontrolo cada vez mais eficazes, facto que vem aumentando o número de empresas certificadas no país.

Isso inclui a necessidade de recursos humanos habilitados que, por um lado sejam capazes de interpretar os requisitos legais e normativos para implantar um sistema de gestão de segurança de alimentos e, por outro, dominem as técnicas de auditoria aos mesmos sistemas.

A formação em "Aspectos práticos de um Sistema de Gestão baseado na norma ISO 22000", foi organizada com o intuito de reforçar as competências de quadros técnicos, consultores e auditores que atuam no setor dos alimentos e bebidas,

incidindo fundamentalmente na familiarização de ferramentas testados por especialistas com muitos anos de experiência, tanto na montagem de sistemas como em auditorias.

A formação foi realizada na modalidade *online*, com uma carga horária de 9 horas, repartidas por 3 horas/dia e assistida por treze participantes.

Paula Monteiro foi selecionada entre os consultores reconhecidos pela experiência acumulada nos dois domínios, assegurando o complemento e a partilha de inúmeros modelos de documentos e registos adaptáveis à realidade das organizações por cada um dos participantes.



✦ Formação | Designer de e-learning

Lançar-se no ramo de criadores de cursos *e-Learning*, sobretudo assíncronos, pode ser uma decisão inteligente para profissionais que pretendem distinguir-se nesta nova área da economia digital.

Embora a pandemia tenha acelerado a transição para o ensino à distância, desenvolver ou converter conteúdos de cursos *e-Learning* para ambientes virtuais (Plataformas LMS) com aceitável qualidade é mais do que apenas adicionar *webinars* e reuniões *on-line* a um curso existente, quando este foi concebido para ser ministrado presencialmente.

A criação e conversão de conteúdos formativos em cursos *e-Learning* exige mudanças nas abordagens do ensino à distância e requer conhecimento e domínio de ferramentas para maximizar o impacto.

Este curso foi financiado pela OIT – Organização Internacional do Trabalho e permitiu ajudar os participantes a se familiarizarem com diversas atividades e recursos já incorporados na plataforma *eCampus* da CCB. No final da formação cada formando tinha desenvolvido um modelo *e-Learning* pronto-a-usar em cursos futuros.



➤ **Formação** | Auditores Internos

O curso de Auditores Internos baseado na ISO 19011:2018 é uma excelente oportunidade para profissionais que desejam aprimorar suas habilidades de auditor e saber interpretar os requisitos da norma ISO 9001:2015.

Com uma duração de 30 horas, o curso foi ministrado por especialistas da eIC – Empresa de Formação, os quais forneceram *insights* valiosos sobre as melhores práticas de auditoria e sua aplicação num Sistema de Gestão de Qualidade, tendo abarcado os módulos de (i) Programação de uma auditoria baseada na ISO 19011:2018, (ii) Elaboração de documentos necessários para uma auditoria, (iii) Comportamentos, atitudes e decisões a tomar numa auditoria, e (iv) Aplicação de não conformidades e elaboração do relatório final.

O curso foi concluído com um teste de avaliação que permitiu distinguir os participantes com diploma de Auditor Interno.



➤ **Formação** | Resgatar a nossa Marca Pessoal

O formador, Paulo Azevedo, perito em Marketing Pessoal, aceitou o desafio de retornar a Mindelo, terra que o viu nascer e viver a infância e parte da adolescência, antes de partir e reter-se em 54 países, por onde trabalhou e colaborou com pessoas que o enriqueceram imensamente a todos os níveis.

Regressou com o projeto de partilhar com empresários e colaboradores das empresas associadas da CCB, uma experiência única e rica em torno da “Marca Pessoal”, o “algoritmo” interno ou a essência que faz cada um transformar promessas e sonhos em realizações.

As sessões foram ricas em aprendizagens que instantaneamente eram arrebatadas pelos participantes, ávidos por apreender “como ativar a Marca e como comunicá-la, partindo do princípio que apenas pessoas/colaboradores com Marca, contribuem para valorizar as empresas”.

A formação contou com a colaboração financeira do próprio formador Paulo Azevedo, do Grupo Oásis e da Associação das Mulheres Empresárias e Profissionais de Cabo Verde.



➤ **Formação | SolidWork**

O *SolidWorks* é uma das ferramentas mais poderosas do grupo CAD, um recurso bastante utilizado por projetistas e técnicos profissionais que desenvolvem projetos em três dimensões, sendo considerado por muitos de elevado valor competitivo no atual mercado de trabalho.

O curso foi realizado entre fevereiro e março, com uma duração de quarenta horas, tendo beneficiado onze colaboradores de duas empresas associadas, a Construções Metálicas e a Electra.

Na sessão de encerramento o formador Helder Monteiro prestava recomendações à CCB, desde algumas dificuldades iniciais na instalação de softwares e respetiva configuração em portáteis dos formandos, à perceptível demanda no mercado local em diversas especialidades de engenharia, justificando a organização de várias ações de formação avançada em SolidWorks.



➤ **Formação** | Ações de capacitação empresarial realizadas na modalidade “Intraempresa”

O mercado atual não só impõe alteração aos processos internos e a relação com os clientes dentro das organizações, como requer capacidades e conhecimentos dos trabalhadores, obrigando a uma transformação da cultura e processos de captação e retenção do talento.

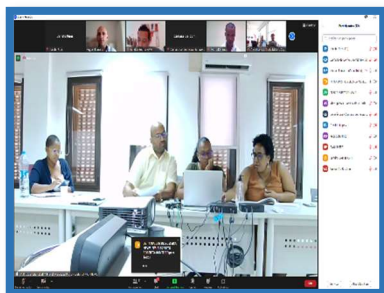
O mercado da região não foge à regra, com várias empresas cada vez mais a denunciar liderança nas áreas de RH. Os programas de adaptação e gestão de mudanças procuram estruturas ágeis e orientadas ao cliente, suportadas numa gestão interna eficiente do seu próprio talento e *know-how*.

Por outro lado, são os próprios mecanismos de financiamento disponíveis no mercado a motivar essa diferença competitiva de empresas que apostam na oferta formativa interna de qualidade, que promove a capacitação, o desenvolvimento de habilidades e competências concretas entre os seus trabalhadores.

A assistência disponibilizada pela CCB no capítulo da formação intraempresa assenta no princípio de valor adicionado, sempre que as ações são desenhadas por e para empregados de uma mesma organização, permitindo focalização e contextualização nas suas necessidades concretas e em momentos específicos.

Em 2023, várias entidades associadas e terceiras apresentaram à CCB essa preferência por formação intraempresa, argumentando esta opção com as vantagens inerentes, desde motivação dos colaboradores, flexibilidade logística, facilidade de modelar e orientar conteúdos para conhecimentos e habilidades essenciais, entre outras.

Entre as formações intraempresas coordenadas pela CCB nesse ano destacam-se as de Capacitação de Auditores Internos segundo a norma 19011:2018, Sistema de Gestão da Qualidade baseado na ISO 9001, Excel Básico, Intermédio e Avançado, *Power Bi* para Análise e Integração e Conversão de Dados em Informação, entre outras.



Evento | Xª Edição do EXPOMAR

No quadro da Xª Edição da EXPOMAR – Feira de Atividades Económicas Ligadas ao Mar, a CCB promoveu e realizou uma conferência internacional no dia 22 de setembro, convidando os expositores e visitantes profissionais a refletir sobre a “Importância do Mar para Cabo Verde”.

O ato de abertura contou com intervenções do Secretário-Geral da CCB e do Diretor-Geral das Políticas do Mar, cabendo ao último o ofício de contextualizar a conferência,

A sessão técnica combinou em três painéis temas atuais e de interesse económico-empresarial que perfeitamente se acostam aos desafios do desenvolvimento económico do país, nomeadamente, “Segurança Marítima - Uma Perspetiva Estratégica”, “Economia Marítima - Caminhos para a Empresarialização” e “Relações Internacionais e Cooperação”, animados, respetivamente, por representantes da ENAPOR, PROEMPRESA e Universidade Técnica do Atlântico.

O público presente na conferência, cerca de quatro dezenas de participantes, questionou e comentou os aspetos que considerou de maior relevância, começando pelos desafios que se multiplicam à árdua tarefa da segurança marítima, nomeadamente, com a execução do projeto do “Terminal de Cruzeiros”, a notável procura de investidores estrangeiros em relação a economia azul, aos impactos de uma extensão da plataforma marítima continental de Cabo Verde.

Um debate animado que, do lado da crítica, questionava (i) a inexistência de matérias sobre a economia do mar no ensino secundário, (ii) a ausência de ensino técnico orientado para as múltiplas oportunidades nesse oceano de recursos, (iii) a falta de inovação em que se envolveu a Escola Técnica do Mindelo e (iv) a descontinuidade da estratégia de organização do setor empresarial na base de *clusters*. Ao mesmo tempo, em jeito de recomendações, houve destaque para as tecnologias digitais vinculadas à satélites, enquanto alternativa para a capacitação do país em termos de segurança marítima na base de monitoramento combinado, sem necessariamente ostentar elevados investimentos em navios de patrulha.



Evento | Encontro Empresarial com o Vice-Primeiro Ministro

No dia 18 de agosto, o Centro de Negócios da CCB, em Mindelo, foi palco de mais um encontro empresarial, organizado sob a égide do Vice-Primeiro-Ministro, Ministro das Finanças e do Fomento Empresarial e Ministro da Economia Digital, numa altura em que mobilizava substâncias para o capítulo do reforço empresarial no Orçamento do Estado para 2024, além de reforçar a importância do diálogo contínuo com a classe empresarial.

Feito o enquadramento com alegações sobre o futuro do país e os desafios que deveriam potenciar o crescimento económico, incluindo as principais medidas de políticas para o ano, o Ministro Olavo Correia respondeu às questões levantadas pelos operadores presentes, sendo a maioria em torno da matéria fiscal, destacando-se o e-Fatura, SAFT, IVA na restauração, REMPE, reembolso do IVA, para além da problemática do transporte interilhas e do processo de solicitação de visto Schengen.

O Vice-Primeiro Ministro foi mais além dos objetivos traçados, ao usar o encontro para colocar na agenda das chefias intermédias do Ministério, compromissos inadiáveis e com prazos determinados para com o setor privado regional, sugerindo à CCB a organização de suas sessões subseqüentes para debater, separadamente, os temas relacionados com o IVA na Restauração/Turismo e as demais questões fiscais.



Evento | Conversa aberta com Liza Vaz, Diretora Nacional das Receitas do Estado

A conversa aberta com DNRE Liza Vaz realizou-se em outubro, um mês depois do encontro empresarial em que o Vice-Primeiro Ministro Olavo Correia estabelecia o compromisso de responder às diversas questões de teor fiscal e aduaneiro que perturbam tanto o investimento privado como o normal funcionamento das atividades económicas.

A moldura do debate final e os testemunhos de vários representantes empresariais indicaram um certo nível de insatisfação em relação algumas matérias debatidas, nomeadamente a avaliação que o setor privado faz ao estado de implementação da e-fatura, os processos pouco eficientes de recurso hierárquico, sempre que a instancia-alvo for a sede do Ministério das Finanças, as deficiências ou ineficiências dos aparelhos regulador e fiscalizador do Estado, nomeadamente, no tocante à informalidade da economia, entre outros que constam dos registados desse encontro.



➤ **Evento** | Encontro com os operadores do setor da restauração

Na sequência do encontro com o Sr. Vice-Primeiro e Ministro e Ministro das Finanças, e posteriormente com a DNRE Liza Vaz, onde e entre outros assuntos de natureza fiscal e aduaneira, os operadores presentes manifestaram a vontade de ver a taxa do IVA reduzida, a semelhança do que aconteceu durante a pandemia, o Ministro Olavo Correia pediu a CCB que coordenasse a elaboração de uma proposta de redução da taxa do IVA, uma vez auscultada os empresários do setor.

Assim, e num encontro restrito, os operadores puderem debruçar sobre questões única e exclusivamente relacionadas com o IVA, entendendo levar a consideração do Governo, voa CCB, a adoção de uma taxa diferenciada de 10% (dez por cento) na restauração, permitindo a que o setor possa respirar/recuperar e tornar-se sustentável e competitivo a curto/médio prazo.

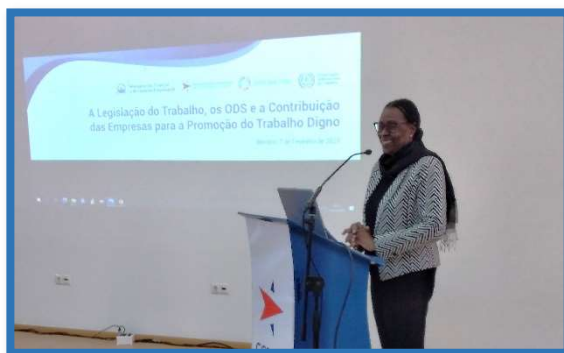
Porém, e apesar da proposta ter sido bem acolhida pelo Ministro das Finanças, infelizmente o espaço orçamental não o permite absorver no exercício 2024, através do OGE, ficando o compromisso de reanalisar resta proposta, agora para 2025.



Evento | ODS & normas relativas ao trabalho, proteção e segurança social

Este Atelier foi uma iniciativa da Gabinete da OIT para as Atividades dos Empregadores (ACT/EMP), em colaboração com a Câmara do Comércio de Barlavento (CCB) e a Inspeção Geral do Trabalho, tendo por objetivo divulgar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o Regime Jurídico do Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho.

Com a distinta presença da Sra. Julie Kazagui, Especialista Sénior para Atividades do Empregador (ACT/EMP), da Equipe de Apoio Técnico ao Trabalho Decente da OIT para a África Ocidental, o evento contou ainda com a participação do Diretor Geral do Trabalho, e bem como do Presidente da CCB, ante uma plateia repleta de empresários, juristas, e parceiros institucionais.



Evento | Workshop de avaliação do REMP

A economia informal tem sido, nos últimos anos, objeto de numerosos estudos e debates políticos a partir de diferentes perspetivas. Na ótica socioeconómica e empresarial, a transição para formalidade, mais de que poder disciplinar o mercado e garantir a sã concorrência, tem o pendor de ainda poder garantir um trabalho digno, onde os direitos e as garantias dos trabalhadores são efetivamente inegáveis.

A apresentação deste estudo, sob a égide e financiamento da OIT, visa, na ótica do Governo, reforçar, pela via da formalização, o sistema fiscal, com o principal objetivo de aumentar a competitividade da economia, reduzindo a informalidade e densificando as micro e as pequenas empresas – e, ao mesmo tempo alargar a base de tributação dos contribuintes para que haja uma maior equidade e justiça fiscal.



Evento | AGOA e as estratégias de acesso ao mercado dos EUA

Realizado em estreita parceria com o Departamento da Diplomacia Pública da Embaixada dos EUA em Cabo Verde e a CVTI, instituição nacional responsável pela promoção das nossas exportações, este seminário apresentado pela Sra. Esther Psarakis, especialista americana no estabelecimento de ligações com o mercado Internacional, abordou, ante uma plateia de industriais e potenciais exportadores cabo-verdianos, a lei do AGOA - *African Growth and Opportunity Act*, com foco nos benefícios e/ou vantagens para Cabo Verde, exportando no âmbito desta lei.

Neste quadro, os benefícios e critérios de elegibilidade (a nível de país e de produtos), o processo e documentos/formulários de exportação necessários, os requisitos genéricos para exportação para os EUA, e não menos importante, as dificuldades mais frequentes e bem como exemplos de casos de sucesso, foram todos apresentados e esmiuçados por esta especialista.

Lançado no ano 2000, a Lei do AGOA fornece aos 32 países elegíveis da África Subsaariana acesso isento de impostos ao mercado dos EUA para mais de 1.800 produtos, além dos mais de 5.000 produtos que são elegíveis para acesso isento de impostos no âmbito do programa do Sistema Generalizado de Preferências.

Inicialmente o programa AGOA tinha um período de vigência até 2024, tendo, em 2015, e face a sua importância estratégica para a internacionalização das empresas africanas, que, curiosamente, ainda não tinham tirado o máximo benefício dele, merecido um aval positivo do Congresso dos EUA que acabou por aprovar uma legislação que não só o modernizava, como também o prorrogava até 2025.



Evento | Workshop alusivo ao Novo SOAT – Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho

Este novo decreto, que veio unificar toda a legislação existente sobre o Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais (SOAT), foi publicado no dia 29 de julho de 2020 com um período de *vacatio legis* até 1 de janeiro de 2021.

No entanto, e atendendo a situação de pandemia, o Governo entendeu prorrogar por três vezes a data de entrada em vigor, fixada finalmente para janeiro de 2023.

Volvidos cerca de quarenta anos de vigência dos diplomas que regem esta matéria, para além da modernização a que o setor segurador cabo-verdiano sujeitou-se, e bem como às profundas alterações nas relações laborais e do mercado de trabalho, a CCB antecipou impactos de várias ordens no seio das empresas, desde a interpretação dos vários capítulos inscritos neste regime à fatores de tarifação e fórmulas de cálculo, entre outros fatores que certamente retardariam a sua normal adequação no prazo estipulado.

A CCB decidiu e apostou numa parceria focada nas seguradoras de Cabo Verde, Garantia e Ímpar, assegurando assim expertise necessária para apoiar os operadores a analisar os novos contornos desta obrigatoriedade laboral, dissipando as principais dúvidas até agora existentes.

Várias sessões de *workshop* foram realizadas na Região, com uma repetição na cidade do Mindelo, esta última com a finalidade de avaliar os resultados dos primeiros meses de monitoramento.



Evento | FIC – Feira Internacional de Cabo Verde 2023

Os eventos do ano 2023 fecharam em grande com a participação da CCB, enquanto cororganizador e Administrador não executivo da FIC, S.A., na a XXVIª Edição da FIC, o maior evento empresarial do país, e cuja edição 2023 teve lugar na cidade da Praia.

Sob o lema “Transformando dificuldades em desafios”, a CCB, enquanto parceira, esteve incumbida da organização das atividades paralelas inerentes a feira e a montagem do stand institucional das Câmaras de Comércio, enquanto suporte logístico para os vários encontros de negócio (B2B) tidos durante estes quatro dias.

Do programa das atividades paralelas, os destaques vão para as conferências sobre a transformação digital da Administração Tributária e Aduaneira, as reformas que se impõe ao ambiente de negócios em Cabo Verde, e a conferência internacional sobre a arbitragem, tendo este último chamado uma vez mais à atenção do país, empresários e profissionais da área para a necessidade de se apostar na arbitragem e conciliação enquanto alternativa célere e pragmática para a resolução de litígios comerciais.



Cerimónia de inauguração da XXVIª Edição da FIC.



Discurso de abertura do Presidente da CCB na Conferência Internacional sobre Arbitragem.

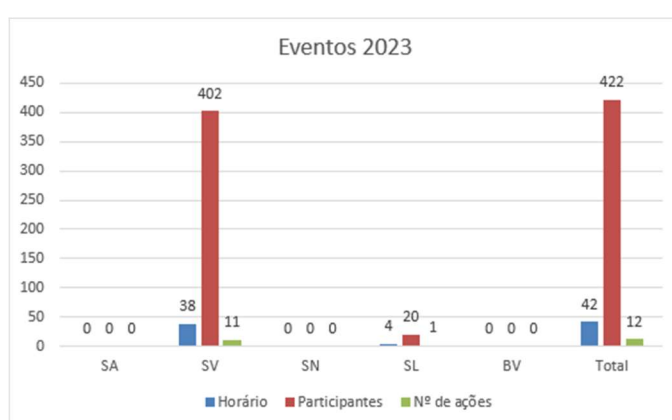
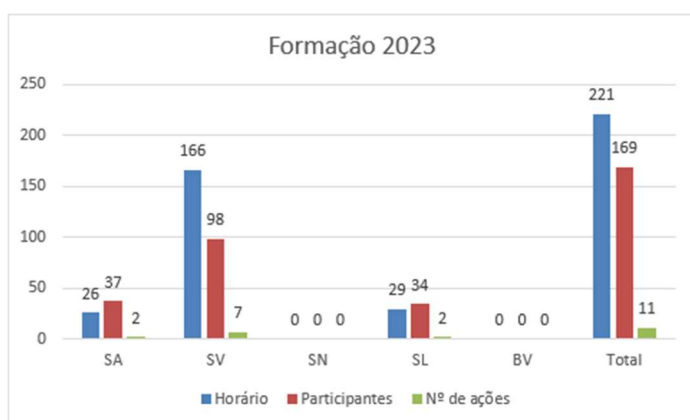


Organizadores e palestrantes da Conferência Internacional sobre a Arbitragem.



Encontro de trabalho com a ACIF – Associação Comercial e Industrial do Funchal - Madeira.

Gráfico 1 – Dados estatísticos 2023



Em 2023 foram realizadas um total de 23 ações de formação e eventos, uma média de 2 eventos por mês, representando 263 horas e beneficiando 591 participantes em todas as ilhas da região.

[3.2.3] Apoio à Internacionalização

Com uma experiência acumulada no apoio à internacionalização das empresas, e rede de parceiros internacionais estratégicos, a CCB promove anualmente missões empresariais a mercados pré-selecionados, tendo por base o seu potencial e possibilidades de proporcionarem diferentes oportunidades de negócio aos nossos associados.

A cada missão planeada e realizada, procura-se juntar um evento empresarial de renome no país de destino, objetivando proporcionar possibilidades de contactos comerciais e reuniões B2B, participação em eventos empresariais (conferências, seminários, workshops, etc.) e encontros com operadores económicos e instituições visando contactos comerciais e institucionais com impacto nos seus negócios.

Em 2023, e apesar do contexto económico, condicionado pelos elevados preços de transporte aéreo e a sua desconectividade, seja ela interna, seja de ligação com os voos internacionais, foram realizadas seis (6) missões empresariais ao exterior.

Nelas, participaram 39 (trinta e nove) empresas e instituições ligadas à economia nacional, e de todas as ilhas de Barlavento, destacando os seguintes eventos:

➤ **SAGALEXPO 2023** - Feira de Exportação dos Sabores de Portugal

Esta missão empresarial, com foco no sector alimentar, contou com a participação de empresas e empresários de diferentes ramos de atividades, com o objetivo de explorar o mercado fornecedor de produtos alimentares e bebidas.

Durante a Exposição, e para além dos contactos B2B, os visitantes profissionais de Cabo Verde tiveram a oportunidade de apreciar os sabores de Portugal nas várias apresentações de produtos e provas de vinhos, queijos e enchidos, entre outros.



➤ **EXPOMAR 2023** – Feira Monográfica, Náutica e Pesqueira (Burela – Espanha)

Considerado um dos dois maiores eventos internacionais do setor em Espanha, e igualmente um dos três maiores eventos temáticos realizados na União Europeia, o

EXPOMAR em Burela, que completou em 2023 a sua 30ª edição, é um evento bianual que há muito consta na agenda dos empresários cabo-verdianos, via CCB.

Durante a feira os participantes tiveram a oportunidade de não só conhecer as novidades técnicas e tecnológicas, as novas soluções e equipamento pesqueiro, mas também efetuar contactos comerciais personalizados (conhecer melhor o mercado espanhol, seus fornecedores e sobretudo procurar parcerias comerciais), para além de ainda marcar presença nas jornadas técnicas paralelas ao evento, onde foram debatidos os temas setoriais de maior atualidade e controvérsia.



➤ **FISALDO 2023** – Feira de Saldos e Oportunidades (Canárias – Espanha)

Esta missão empresarial de natureza multissetorial, desenhado para as micro e pequenas empresas, contemplava a participação na Feira de Saldos e Oportunidades – FISALDO de Canárias, cujos expositores são na sua maioria empresas de pequena dimensão, essencialmente ligados ao vestuário, cosmética, papelaria e consumíveis, estética e beleza.

Tendo como ponto de partida a ilha do Sal, esta missão foi montada em estreita parceria com a Câmara de Comércio das Canárias, tendo os participantes beneficiado de uma programação diversificada, desde visitas à Instituições como a Casa de África e ao Porto de Las Palmas, a pontos de interesse empresarial e turístico.



EMAF 2023 - Feira Internacional de Máquinas, Equipamentos e Serviços para a Indústria (Lisboa-Portugal)

Vocacionada para o sector industrial, esta missão empresarial teve como destino a cidade do Porto, o centro industrial de excelência em Portugal, tendo, aos longo dos anos, consagrado como o maior evento vocacionado para a indústria em Portugal.

Realizada em parceria com a Exponor (entidade feiral do Porto), esta edição permitiu apresentações em áreas como a manutenção industrial, química e laboratórios, à automação e controlo, robótica e informática industrial, produtos, serviços e equipamentos de segurança, máquinas, ferramentas, moldes e manutenção industrial, robótica e informática aplicada à indústria entre outros.

Os participantes puderam contar ainda com uma agenda de atividades paralelas, assegurando condições para o fomento e concretização de parcerias.



EXPOMADEIRA 2023 - Feira de Atividades Económicas da Madeira - Portugal.

Com os custos de participação cofinanciados pela Associação Comercial e Industrial do Funchal/Câmara de Comércio e Indústria da Madeira em parceria com a CCB, esta missão teve como foco as maiores importadoras nacionais, capazes de fazer acordos de comércio com as congéneres madeirenses.

Realizada na cidade do Funchal, a EXPOMADEIRA constitui a mais antiga feira de negócios da Ilha, aliando a vertente de promoção empresarial à recreativa.



[3.2.4] Incubação de ideias de negócio

A Incubação de ideias de negócio é um projeto que sempre fez parte do portfólio da CCB, tendo em 2019, na base de um contrato de delegação de competências assinado com a PRÓ-EMPRESA, assumido uma outra dimensão com a conceção de um espaço autónomo e completamente dedicado ao empreendedorismo, denominado de Incubadora Multissetorial de São Vicente (IMSV).

A partir do ano 2021, e com o propósito de disponibilizar todo o suporte técnico e logístico às iniciativas empresariais a nível do *start-up* jovem e do micro empreendedorismo, o IMSV tem recebido ao longo destes anos de funcionamento várias ideias de negócio, maioritariamente apresentados por jovens e mulheres, os quais, e através de uma assistência técnica especializada, sessões de *coaching* e mentoria, tem permitido um reflorescer do empreendedorismo jovem.

Com um período médio de 06 meses, o processo de incubação, quer na modalidade presencial ou virtual, é um compromisso assumido pela CCB no desenvolvimento de ideias e projetos de negócios, sendo as áreas incubadas em 2023 a saúde, o ensino, o turismo, a indústria e o comércio, e as Tecnologias de informação e comunicação.



Empresas incubadas e em co-working no IMSV em 2023.

[3.3] Janela do

Empresário (Serviços públicos de âmbito empresarial)

Através de um balcão integrado de serviços, a CCB também inclui no seu portefólio de produtos os serviços públicos de âmbito empresarial, constituindo o licenciamento comercial (importação, venda a grosso e exportação), o registo da empresa no dia, a emissão de certificados de admissibilidade de firmas, o NIF, a emissão do registo criminal, e bem como o Registo de Exportador para a União Europeia (REX), com o propósito único de disponibilizar num único balcão todos os serviços interrelacionados com o licenciamento comercial.

Durante o ano de 2023, o licenciamento comercial continuou a figurar como o serviço público mais solicitado, tendo registado, comparativamente ao ano transato (2022), um aumento de 15% nas licenças emitidas (importação + exportação), ainda que nas ilhas de São Vicente e Santo Antão, que representam cumulativamente um total de 57% das licenças emitidas na Região, houve uma variação negativa, comparativamente a 2022, tanto nas licenças de importação e comércio a grosso, como de exportação.

Tabela 4 - Licenças emitidas (Importação + Exportação) 2019 - 2023

Ilhas	2019	2020	2021	2022	2023	Δ % 22-23	Δ % 2023
São Vicente	23	29	38	38	35	↓ -8%	51%
Santo Antão	11	6	12	10	4	↓ -60%	6%
S. Nicolau	5	2	4	2	5	↑ 150%	7%
Sal	16	16	9	9	20	↑ 122%	29%
Boa Vista	4	8	2	1	5	↑ 400%	7%
Total	59	61	65	60	69	↑ 15%	100%

Nas ilhas de São Nicolau, Sal e Boa Vista, houve variações positivas e sempre acima dos 100%, com destaque para a Boa Vista em que o aumento foi de 400%, resumindo-se, todavia, somente as licenças de importação, pois, não existem empresas exportadoras na ilha.

São Vicente, ilha com maior peso económico na Região de Barlavento, continua sendo a ilha com o maior número de licenças solicitadas (51%), seguida do Sal (29%), São Nicolau e da Boa Vista, ambas com 7%, e finalmente Santo Antão com 6%.

Tabela 5 - Empresas com licença ativa 2019 - 2023

Ilhas	Importação						Exportação					
	2019	2020	2021	2022	2023	Δ % 22-23	2019	2020	2021	2022	2023	Δ % 22-23
São Vicente	163	190	226	221	241	↑ 9%	12	15	11	18	22	↑ 22%
Santo Antão	26	23	29	35	32	↓ -9%	5	6	6	9	6	↓ -33%
S. Nicolau	8	11	16	15	17	↑ 13%	0	1	1	0	3	↑ 300%
Sal	116	99	100	98	124	↑ 27%	3	2	3	3	3	0%
Boa Vista	31	29	31	32	39	↑ 22%	0	0	0	0	0	0%
Total	344	352	402	401	453	↑ 13,0%	20	24	21	30	34	↑ 13,0%

No que se refere as empresas com licenças de importação ativas na Região, o número de empresas licenciadas aumentou em todas as ilhas à exceção de Santo Antão (redução de 9%, passando de 35 empresas licenciadas para 32). As ilhas de São Vicente e Sal continuam a ser as ilhas com maior pujança económica na Região, com 81% das empresas importadoras (São Vicente com 53% das licenças, e Sal com 27% das licenças ativas).

Quanto as empresas com licenças de exportação ativas, Santo Antão volta a ter registos negativos (-33%), destacando, todavia, São Vicente e São Nicolau com variações positivas de 22% e 300%, respetivamente.

Ainda sobre as exportações, as ilhas do Sal e da Boa Vista mantem-se sem alterações no número de licenças ativas, devendo, todavia, precisar que até então a ilha da Boa Vista não tem nenhuma empresa licenciada para efeitos de exportação.

Tabela 6 - Receitas do serviço de Licenciamento Comercial 2019 - 2023

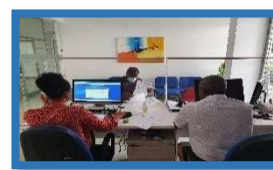
Ilhas	2019	2020	2021	2022	2023	Δ % 22-23	Δ % 2023
São Vicente	10 152 000	10 250 064	11 202 000	10 525 000	11 137 000	↑ 6%	56%
Santo Antão	1 272 500	1 347 000	1 491 000	1 881 000	1 563 000	↓ -17%	8%
S. Nicolau	561 000	523 000	605 000	704 000	789 000	↑ 12%	4%
Sal	4 477 000	4 334 000	4 530 000	4 185 000	4 787 000	↑ 14%	24%
Boa Vista	1 564 000	1 370 000	1 409 000	1 726 000	1 661 000	↓ -4%	8%
Total	18 026 500	17 824 064	19 237 000	19 021 000	19 937 000	↑ 5%	100%

Se, de 2021 para 2022, registou-se uma redução das licenças emitidas, com consequente impacto negativo nas receitas do serviço, em 2023, registou-se agradavelmente um aumento de licenças emitidas e ativas (de 60 em 2022 para 69 em 2023), traduzindo-se num aumento de 5% nas receitas do serviço, passando de 19.021.000 ECV em 2022 para 19.937.000 ECV em 2023.

Há, todavia, que salientar que Santo Antão, por ter registado em 2023 uma redução no número de licenças solicitadas e ativas, tanto para efeitos de importação e comércio a grosso como para exportação, as receitas do serviço tiveram na ilha uma redução de 17%, passando de 1.881.000 ECV em 2022 para 1.563.000 ECV em 2023.

Finalmente, e pese embora algumas variações negativas, e em particular na ilha de Santo Antão, registou-se em 2023 uma tendência positiva no setor do comércio (licenças emitidas, renovadas e ativas), o que acaba por vincar que este foi um ano relançamento da economia.

Os serviços da janela do empresário, à semelhança dos demais serviços do portefólio da CCB, são monitorizados no âmbito do Sistema de Gestão de Qualidade (ISO 9001:2015), tendo a avaliação de satisfação dos utentes cifrado em 3,9, de Muito Satisfeito, numa escala de 1 a 4, ou seja, a atenção e a informação prestadas na disponibilização destes serviços foram consideradas de excelente pelos utentes.



[4] Relatório Financeiro

[4.1] Análise Realização do Orçamento

Conforme exposto no início deste relatório, a estratégia de capacitação institucional para 2023 teve como principal pilar a transferência gradual do foco da recuperação económica para o relançamento da economia, cujas atividades superaram, na maior parte dos processos, as expectativas iniciais, impactando assim e positivamente nas receitas da instituição.

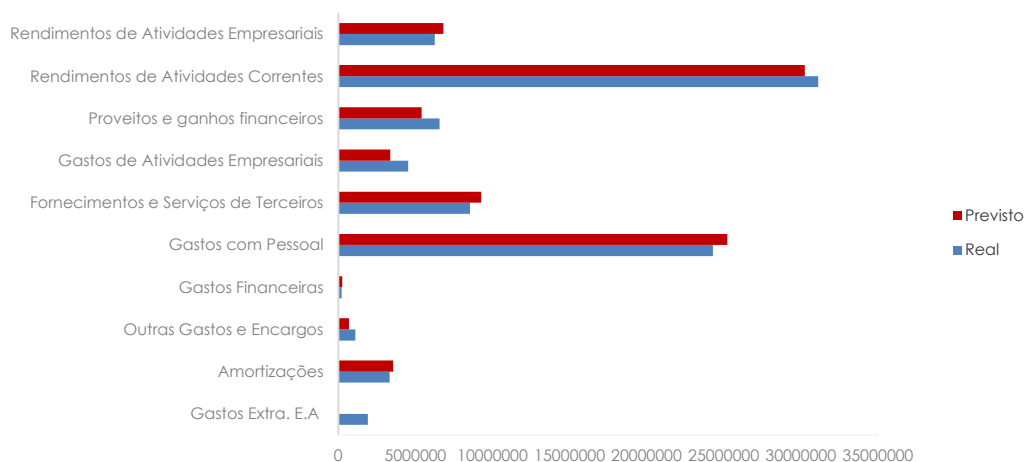
O orçamento global realizado excedeu o orçado em cerca de 2.370.000 ECV (dois milhões, trezentos e setenta mil escudos), e o resultado líquido é positivo e no valor de 19.678 ECV. As razões que justificam esta performance financeira podem ser resumidas nos pontos seguintes:

- Pela realização de algumas atividades empresariais referentes a rúbrica de missões empresariais que superou o orçado;
- Pelo aumento das atividades correntes, nomeadamente, licenciamento comercial e quotas;
- Pelo aumento dos proveitos e ganhos financeiros provenientes dos juros de depósitos à prazo e rendas do “Centro de Negócios da CCB”, propriedade de investimento, com a disponibilização das salas (conferência, formação convencional e multimédia);
- Os gastos das atividades empresariais, missões e formações, foram suportados pelos respetivos rendimentos, gerando assim um desvio positivo;
- Pela contenção da maioria dos gastos de atividades correntes, na medida em que não atingiram o valor orçado, e os que excederam, ligeiramente, não foram suficientes para afetar o total orçado;
- Pela angariação de novos e recuperação de associados, implicando *superavit* no valor de quotizações, comparativamente ao valor orçado.

De referir ainda que pelo facto de o rendimento global realizado ter excedido o orçado, foi possível absorver alguns gastos que não estavam previstos, nomeadamente:

- A anulação do investimento financeiro na SGZ - Sociedade de Gestão na Zona Industrial, no valor de 1.925.000 ECV (um milhão, novecentos e vinte e cinco mil escudos);

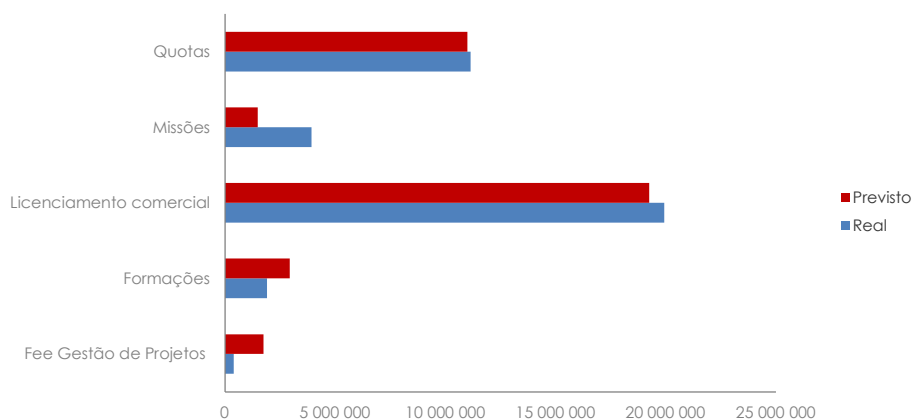
- ★ Criar uma previsão para as férias dos colaboradores em cerca de 25%, no montante de 425.000 ECV (quatrocentos e vinte e cinco escudos).



★ Rendimentos Previstos e Realizados

Os rendimentos estão agrupados em:

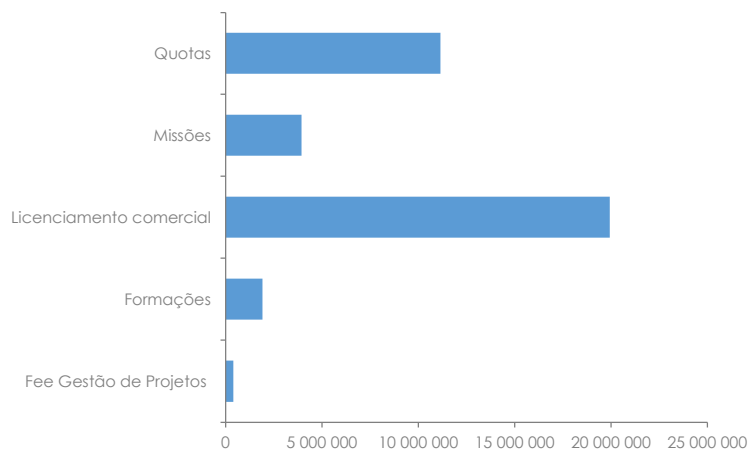
- Rendimentos de atividades empresariais;
- Rendimentos de atividades correntes;
- Proveitos e ganhos financeiros.



★ Origem dos Rendimentos

Os rendimentos advieram dos serviços disponibilizados aos associados e ao público em geral, nomeadamente formação profissional, organização de eventos, quotização, licenciamento comercial, rendas, entre outros.

É importante evidenciar a capacidade da CCB em captar, junto de parceiros nacionais e internacionais, recursos para apoiar a realização de vários projetos de capacitação institucional e empresarial, com o objetivo de aliviar a tesouraria da instituição, por um lado, e por outro, reduzir os gastos de participação aos associados.



O serviço de licenciamento comercial continua a ocupar o 1º lugar no ranking de serviços de promoção empresarial prestados pela CCB, com 46%, seguido da quotização dos associados com 25%, rendas de exploração de espaços, com 15%, missões empresariais com 9%, formação Profissional, 4%, e Fee de gestão de projetos com 01%.

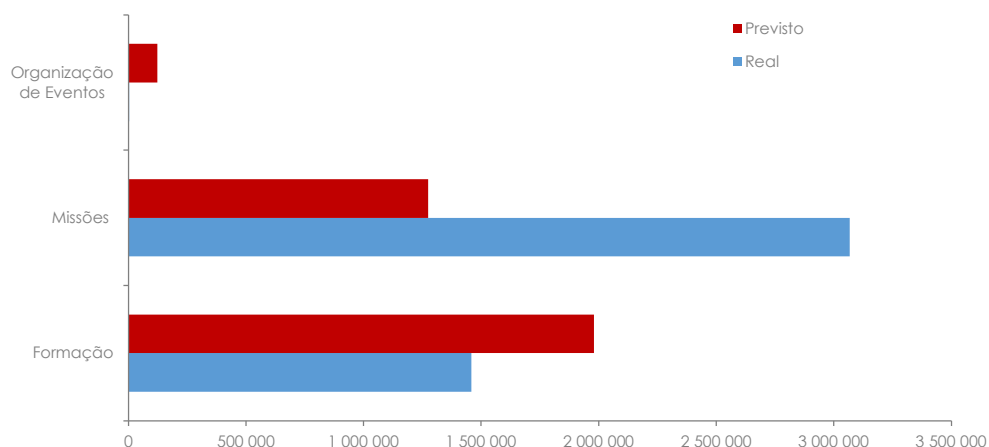
A contribuição das ilhas nos “rendimentos de 2023” correspondem a seguinte ordem decrescente: São Vicente com 72%, Sal com 15%, Santo Antão com 7%, Boa Vista com 4%, e finalmente São Nicolau com 2%.



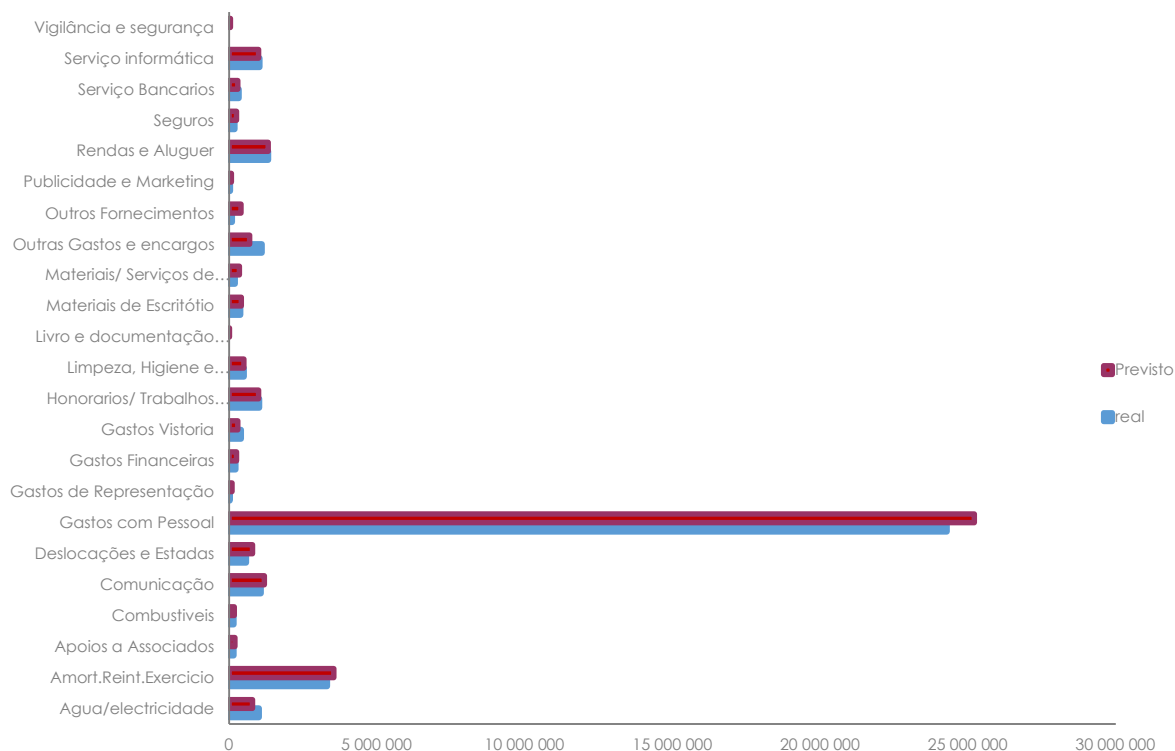
Gastos Previstos e realizados

À semelhança dos rendimentos, os gastos estão divididos em:

– Gastos de atividades empresariais:



– **Gastos de atividades correntes:**



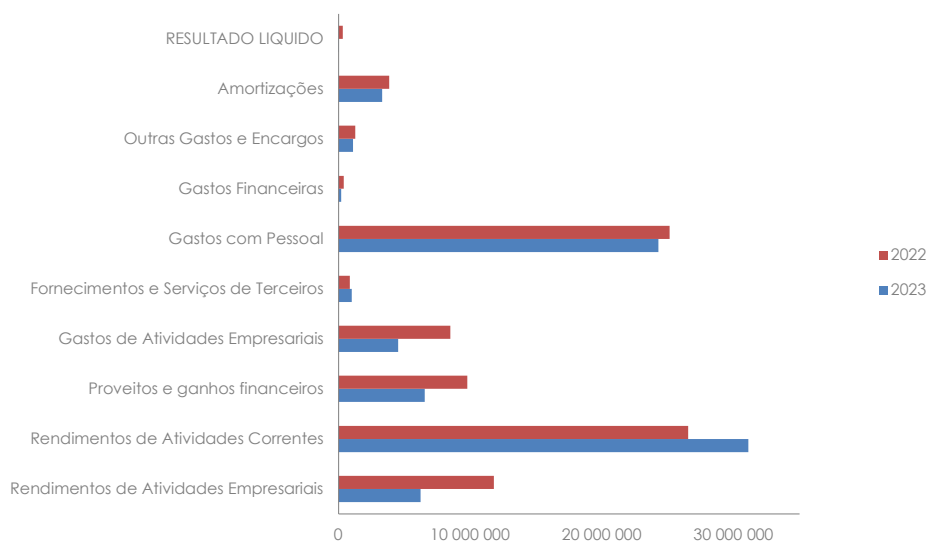
- **Gastos de exploração de propriedade de investimento** – são gastos de funcionamento do “Centro de Negócios”, a saber: Eletricidade, conservação e reparação, limpeza e higiene, IUP, gastos financeiros, seguro, amortizações e reintegração de edifícios e equipamentos.
- **Gastos de exploração de Incubadora multisectorial de São Vicente** - são gastos de funcionamento de “Incubadora de empresas”, tais como: Eletricidade, água, comunicação, despesas com pessoal, honorários de prestadores de serviços, conservação e reparação, limpeza e higiene, material de escritório.

[4.2] Análise

Financeira 2023 – 2022

A comparação do resultado líquido do exercício de 2023 (19.678 ECV) em relação ao de 2022 (346.758 ECV) indica uma ligeira diminuição, à nível financeiro, e na ordem dos 327.080 ECV.

Entretanto, pelas razões apresentadas anteriormente, pode-se inferir que o exercício de 2023 pode ser considerado mais vantajoso para CCB, tanto em termos financeiros, como económico.



O gráfico supra demonstra que a comparação entre o exercício 2023 e 2022, a nível financeiro, não apresenta uma diferença significativa. Apenas os rendimentos de atividades empresariais (missões, formações, etc.) excederam os de 2023.

No cômputo geral houve um aumento de rendimento e diminuição dos gastos, devido a:

- ✦ Aumento de rendimentos de atividade correntes, particularmente nas rubricas de licenciamento e quotas;
- ✦ Aumento de rendimentos "Proveitos e ganhos financeiros" relativos às rendas da propriedade de investimento;
- ✦ Diminuição generalizada dos gastos;
- ✦ Realização de outros gastos que não foram previstos, nomeadamente: i) a anulação do investimento financeiro no SGZ -Sociedade de Gestão na Zona Industrial, no valor 1.925.000 ECV (um milhão, novecentos e vinte e cinco mil escudos). ii) criação de uma previsão de férias dos colaboradores, cerca de 25%, sendo o valor 425.000 ECV (quatrocentos e vinte e cinco mil escudos).

[4.3] Execução dos Projetos em carteira para 2023

A carteira de projetos para o ano de 2023 foi estimado no valor total de **89.303.682,00 ECV (Oitenta e nove milhões, trezentos e três mil, e seiscentos e oitenta e dois escudos)**, onde o montante de 52.430.261 ECV foi afeto aos projetos de capacitação institucional, e o remanescente 36.873.421 ECV para a promoção empresarial, todos eles com recurso ao financiamento externo junto de instituições parceiras.

	Projetos e Programas previstos para 2023	Valor estimado (ECV)	Possíveis Fontes de Financiamento	Status
Capacitação Institucional	Atualização do Plano Estratégico da CCB	2.500.000,00	OIT (Dakar)	
	Cabo Verde On-Line Marketplace (B2B, B2G e B2C)	14.125.167,00	U.E.	
	Incubadora de agro-negócios (Santo Antão)	2.500.000,00	Pró-Empresa	
	Centros de Negócios de Santo Antão (Estudos técnicos)	600.000,00	Cooperação LUX	
	Centros de Negócios do Sal (Estudos técnicos)	400.000	Cooperação LUX	
	Observatório do Ambiente de Negócios (OBAN-CV)	12.316.600,00	OIT/Banco Mundial	
	Instalação da Entidade Certificadora Privada	12.006.094,00	Banco Mundial/U.E.	
	Plano de Comunicação e Marketing	2.500.000,00	U.E.	
	Atualização do organograma interno e respetivo Manual de Funções	800.000,00	Banco Mundial/LUX	
	Unidade de Mobilização de Recursos Financeiros	2.000.000,00	Banco Mundial/LUX	
	Atualização do Parque Informático (Sede e Delegações)	1.182.400,00	Banco Mundial/LUX	
	CreditInfo (reconfiguração do projeto)	1.500.000,00	Banco Mundial/SISP	
	Subtotal (A)	52.430.261,00		
Empresarial	Programa Potenciar UIP's e Microempresas	2.000.000,00	Banco Mundial/OIT	
	IIª Fase do Programa VAGROG	5.000.000,00	MCIE/ONU/UE	
	Programa de Reconversão de Mulheres Empreendedoras Informais	27.373.421,00	BAD	
	Programa de Adequação de MPE's às normas do SSA	2.500.000,00	U.E.	
		Subtotal (B)	36.873.421,00	
	Total (A+B)	89.303.682,00		

A procura de parceiros

Em discussão

Aprovado

Financiado

Relativamente ao projeto de capacitação institucional “Atualização do Parque Informático (Sede e Delegações)”, houve necessidade de recorrer a fundos próprios para realizar parte deste investimento devido a avaria definitiva e inesperada do então servidor e de quatro terminais informáticos (3 na Sede e 1 na Delegação de Santo Antão), evitando assim que a CCB ficasse inoperante.

Os projetos em discussão já foram apresentados à vários parceiros, como o da Incubadora de Agro-negócios (Santo Antão) que será implementado em parceria com a PRÓ-EMPRESA e com o chapéu institucional do MAA e Secretaria do Estado para o Fomento Empresarial, o da IIª Fase do Programa VAGROG que contará com o chapéu institucional do MICE - Ministério da Indústria, Comércio e Energia, etc.

[5] ANEXOS

[5.1] Mapa do Desvio Orçamental

Rubrica	Anual		
	Realizado	Previsto	Varição
Rendimentos de Atividades Empresariais	6 251 475,00	6 806 000,00	-554 525,00
Missões	3 933 601,00	1 500 000,00	2 433 601,00
Formações	1 913 454,00	2 950 000,00	-1 036 546,00
Eventos	0,00	350 000,00	-350 000,00
FEE Gestão de Projetos	404 420,00	1 756 000,00	-1 351 580,00
Arbitragem e Conciliação	0,00	0,00	0,00
Outras Atividades	0,00	250 000,00	-250 000,00
Rendimentos de Atividades Correntes	31 125 288,00	30 250 000,00	875 288,00
Quotas	11 153 000,00	11 000 000,00	153 000,00
Licenciamento Comercial	19 937 000,00	19 250 000,00	687 000,00
Outras Atividades	35 288,00	0,00	35 288,00
Proveitos e ganhos financeiros	6 567 869,00	5 395 000,00	1 172 869,00
Juros de depósito bancário	133 694,00	65 000,00	68 694,00
Rendas Propriedade Investimento - "Centro Negócio"	6 431 457,00	4 890 000,00	1 541 457,00
Outros Proveitos	2 718,00	440 000,00	-437 282,00
Rendimentos Extra.E.A	0,00	0,00	0,00
TOTAL RENDIMENTOS	43 944 632,00	42 451 000,00	1 493 632,00
Gastos de Atividades Empresariais	4 531 022,00	3 378 000,00	1 153 022,00
Missões	3 068 291,00	1 275 000,00	1 793 291,00
Formação	1 458 931,00	1 980 000,00	-521 069,00
Antenas	0,00	0,00	0,00
Quotas junto a organizações internacionais	0,00	0,00	0,00
Organização de Eventos	3 800,00	123 000,00	-119 200,00
Arbitragem e Conciliação	0,00	0,00	0,00
Outras não especificadas	0,00	0,00	0,00
Gastos de Atividades Correntes			
Fornecimentos e Serviços de Terceiros	8 535 020,00	9 264 000,00	(728 980,0)
Água/Electricidade	1 016 262,00	800 000,00	216 262,0
Combustíveis	151 074,00	180 000,00	(28 926,0)
Materiais/ Serviços de Manutenção/Conservação e	200 674,00	350 000,00	(149 326,0)
Materiais de Escritório	378 668,00	420 000,00	(41 332,0)
Publicidade e Marketing	38 635,00	80 000,00	(41 365,0)
Livro e documentação técnica	0,00	10 000,00	(10 000,0)
Limpeza, Higiene e Conforto	507 648,00	500 000,00	7 648,0
Gastos Vistoria	403 549,00	300 000,00	103 549,0
Rendas e Aluquer	1 323 600,00	1 324 000,00	(400,0)
Gastos de Representação	26 649,00	100 000,00	(73 351,0)
Comunicação	1 071 918,00	1 200 000,00	(128 082,0)
Seguros	191 114,00	250 000,00	(58 886,0)
Vigilância e segurança	0,00	50 000,00	(50 000,0)
Serviço informático	1 030 899,00	1 000 000,00	30 899,0
Deslocações e Estadas	580 963,00	800 000,00	(219 037,0)
Honorários/ Trabalhos Especializados	1 025 704,00	1 000 000,00	25 704,0
Serviços bancários	326 647,00	300 000,00	26 647,0
Apoios aos Associados	155 506,00	200 000,00	(44 494,0)
Outros Fornecimentos	105 510,00	400 000,00	(294 490,0)
Gastos com Pessoal	24 287 168,00	25 219 000,00	-931 832,00
Ordenados e Salários	17 420 436,00	18 146 000,00	-725 564,00
Remunerações Adicionais	3 345 533,00	3 025 000,00	320 533,00
Encargos Patronais	3 084 976,00	3 388 000,00	-303 024,00
Outras Gastos com pessoal	436 223,00	660 000,00	-223 777,00
Gastos Financeiras	216 363,00	250 000,00	-33 637,00
Juros Suportados	216 363,00	250 000,00	-33 637,00
Outras Gastos e Encargos	1 107 240,00	700 000,00	407 240,00
Gastos projetos investimento "Centro de Negócio"	788 416,00	500 000,00	288 416,00
Donativos	0,00	0,00	0,00
Outras Gastos e Encargos	318 824,00	200 000,00	118 824,00
Amortizações	3 323 029,00	3 550 000,00	-226 971,00
Provisões Exercício	0,00	0,00	0,00
Gastos Extra. E.A (82/83)	1 925 112,00	0,00	1 925 112,00
TOTAL DE GASTOS	43 924 954,00	42 361 000,00	1 563 954,00
RESULTADO Líquido	19 678,00	90 000,00	-70 322,00

[5.2] Mapa de Execução orçamental 2023 –2022

Rubrica	Anual		
	2023	2022	Varição
Rendimentos de Atividades Empresariais	6 251 475,00	11 813 863,00	(5 562 388,00)
Missões	3 933 601,00	6 043 309,00	(2 109 708,00)
Formações	1 913 454,00	3 873 649,00	(1 960 195,00)
Eventos	0,00	1 448 185,00	(1 448 185,00)
FEE Gestão de Projetos	404 420,00	448 720,00	(44 300,00)
Arbitragem e Conciliação	0,00	0,00	-
Outras Atividades	0,00	0,00	-
Rendimentos de Atividades Correntes	31 125 288,00	30 044 373,00	1 080 915,00
Quotas	11 153 000,00	10 955 200,00	197 800,00
Licenciamento Comercial	19 937 000,00	19 021 000,00	916 000,00
Outras Atividades	35 288,00	68 173,00	(32 885,00)
Proveitos e ganhos financeiros	6 567 869,00	6 303 861,00	264 008,00
Juros de depósito bancário	133 694,00	65 730,00	67 964,00
Rendas Propriedade Investimento - "Centro Negocio"	6 431 457,00	5 994 524,00	436 933,00
Outros Proveitos	2 718,00	243 607,00	(240 889,00)
Rendimentos Extra.E.A	0,00	0,00	-
TOTAL RENDIMENTOS	43 944 632,00	48 162 097,00	(4 217 465,00)
Gastos de Atividades Empresariais	4 531 022,00	8 509 035,00	(3 978 013,00)
Missões	3 068 291,00	5 085 247,00	(2 016 956,00)
Formações	1 458 931,00	2 559 234,00	(1 100 303,00)
Antenas	0,00	0,00	-
Quotas junto a organizações internacionais	0,00	0,00	-
Organização de Eventos	3 800,00	863 115,00	(859 315,00)
Arbitragem e Conciliação	0,00	0,00	-
Outras não especificadas	0,00	1 439,00	(1 439,00)
Gastos de Atividades Correntes			
Fornecimentos e Serviços de Terceiros	8 535 020,00	8 607 735,00	(72 715,00)
Água/Eletricidade	1 016 262,00	864 609,00	151 653,00
Combustíveis	151 074,00	165 000,00	(13 926,00)
Materiais/ Serviços de Manutenção/Conservação e Reparação	200 674,00	315 833,00	(115 159,00)
Materiais de Escritório	378 668,00	407 032,00	(28 364,00)
Publicidade e Marketing	38 635,00	217 850,00	(179 215,00)
Livro e documentação técnica	0,00	1 480,00	(1 480,00)
Limpeza, Higiene e Conforto	507 648,00	483 296,00	24 352,00
Gastos Vistoria	403 549,00	213 149,00	190 400,00
Rendas e Aluguer	1 323 600,00	1 323 600,00	-
Gastos de Representação	26 649,00	48 687,00	(22 038,00)
Comunicação	1 071 918,00	1 105 364,00	(33 446,00)
Seguros	191 114,00	198 836,00	(7 722,00)
Vigilância e segurança	0,00	0,00	-
Serviços informáticos	1 030 899,00	629 136,00	401 763,00
Deslocações e Estadas	580 963,00	643 222,00	(62 259,00)
Honorários/ Trabalhos Especializados	1 025 704,00	1 219 919,00	(194 215,00)
Serviços bancários	326 647,00	231 938,00	94 709,00
Apoios a Associados	155 506,00	147 053,00	8 453,00
Outros Fornecimentos	105 510,00	391 731,00	(286 221,00)
Gastos com Pessoal	24 287 168,00	25 147 870,00	(860 702,00)
Ordenados e Salários	17 420 436,00	16 763 273,00	657 163,00
Remunerações Adicionais	3 345 533,00	4 273 826,00	(928 293,00)
Encargos Patronais	3 084 976,00	3 223 408,00	(138 432,00)
Outras Gastos com pessoal	436 223,00	887 363,00	(451 140,00)
Gastos Financeiras	216 363,00	398 134,00	(181 771,00)
Juros Suportados	216 363,00	398 134,00	(181 771,00)
Outras Gastos e Encargos	1 107 240,00	1 291 902,00	(184 662,00)
Gastos projetos investimento "Centro de Negocio"	788 416,00	1 146 808,00	(358 392,00)
Donativos	0,00	0,00	-
Outras Gastos e Encargos	318 824,00	145 094,00	173 730,00
Amortizações	3 323 029,00	3 860 663,00	(537 634,00)
Provisões Exercício	0,00	3 860 663,00	-
Gastos Extra. E.A	1 925 112,00	0,00	1 925 112,00
TOTAL DE GASTOS	43 924 954,00	47 815 339,00	(3 890 385,00)
RESULTADO LIQUIDO	19 678,0	346 758,00	(327 080,0)

[5.3] Balanço 2023 –2022

	Notas	31-12-2023	31-12-2022
		Valores	Valores
ATIVO			
Ativo Não Corrente	1		
Ativos Fixos Tangíveis	b),c),d)		
Terrenos e Recursos Naturais		590 257	590 257
Edifícios e Outras Construções		3 141 626	3 726 415
Equipamento de Transporte		0	0
Equipamento Administrativo		1 343 098	1 165 458
Outros Ativos Fixos Tangíveis		2 358 794	2 518 564
Total		7 433 775	8 000 694
Propriedades investimento	a)		
Edifícios e Outras Construções		13 879 930	15 727 426
Total		13 879 930	15 727 426
Ativos Intangíveis	e)		
Programas de Computador		0	0
Outros Ativos Intangíveis		0	0
Total		0	0
Outros Ativos Financeiros	f)	0	1 925 112
Total		0	1 925 112
Investimentos em Curso	g)	2 333 383	2 078 157
Total		2 333 383	2 078 157
Total do Ativo não Corrente		23 647 088	27 731 389
Ativo Corrente			
Cliente	2	397 615	100 336
Outras Contas a Receber	3	85 584	140 344
Pessoal	7	4 619	0
Diferimentos	8	475 334	386 427
Caixa e Depósitos Bancários	9	21 924 900	19 792 210
Total do Ativo Corrente		22 888 052	20 419 317
Total do Ativo		46 535 140	48 150 706
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO	12,13		
Capital Próprio			
Outras Reservas		39 287 626	39 287 626
Resultados Transitados		(3 956 817)	(4 303 575)
Resultado Líquido do Período		19 678	346 758
Total do Capital Próprio		35 350 487	35 330 809
PASSIVO		35 350 487	35 330 809
Passivo não Corrente			
Financiamentos Obtidos	6		1 846 182
Total do Passivo não Corrente		0	1 846 182
Passivo Corrente		0	
Fornecedores	4	814 411	229 649
Estado e Outros entes Públicos	5	666 567	637 594
Financiamentos Obtidos	6	1 717 439	2 590 814
Acionistas/Sócios		0	0
Outras Contas a Pagar	3	5 556 877	5 084 558
Pessoal	1 i)	434 493	0
Diferimentos	8	1 994 866	2 431 100
Total do Passivo Corrente		11 184 653	10 973 715
Total do Passivo		11 184 653	12 819 897
Total do Capital Próprio e do Passivo		46 535 140	48 150 706

[5.4] Demonstração de Resultados 2023 -2022

RÚBRICAS	PERÍODO		
	Notas	2023	2022
		Valores	Valores
Rendimentos Atividades Empresariais	12	6 251 475,00	11 813 863,00
Rendimentos Atividades Correntes	12	31 125 288,00	30 044 373,00
Outros Rendimentos e Ganhos	12	6 567 869,00	6 303 861,00
Resultado Operacional Bruto		43 944 632,00	48 162 097,00
Gastos Atividades Empresariais	11	4 531 022,00	8 509 035,00
Fornecimentos e Serviços Externos	11	8 535 020,00	8 607 735,00
Valor Acrescentado Bruto		30 878 590,00	31 045 327,00
Gastos com o Pessoal	11	24 287 168,00	25 147 870,00
Gastos Financeiras - "Juros Suportados"		216 363,00	398 134,00
Outros Gastos e Perdas	11	1 107 240,00	1 291 902,00
Resultados Antes de Depreciações, Amortizações, Perdas/Ganhos de Financiamento e Impostos		5 267 819,00	4 207 421,00
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	11	3 323 029,00	3 860 663,00
Perdas/reversões por Imparidade de Ativos Depreciáveis/Amortizáveis		1 925 112,00	0,00
Resultado Operacional (Antes de Perdas/Ganhos de Financiamento e Impostos)		19 678,00	346 758,00
Resultado Antes de Impostos		19 678,00	346 758,00
Imposto Sobre Rendimento do Período		0,00	0,00
Resultado Líquido do Período		19 678,00	346 758,00

[5.5] Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados 2023 - 2022

INFORMAÇÃO GERAL

Identificação da entidade: Câmara de Comércio de Barlavento/Agremiação Empresarial (CCB)

Sede social: Avenida 5 de Julho, Mindelo, São Vicente - caixa postal: 728

Delegações: ilha do Sal, Santo Antão (Porto Novo), Boa Vista e São Nicolau

Natureza da atividade: instituição sem fim lucrativo no âmbito de apoio ao sector privado.

A Câmara de Comércio de Barlavento/Agremiação Empresarial (CCB) é uma pessoa coletiva de direito privado e de utilidade pública, cujos fins essenciais são a promoção do desenvolvimento das atividades económicas compreendidas, nos setores do Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços da Região de Barlavento, a dinamização do associativismo empresarial, e a defesa dos interesses dos agentes económicos da região.

Exerce a sua atividade em toda a região de Barlavento, com delegações nas ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Sal, e Boa Vista.

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), aprovado pelo Decreto-Lei nº5/2008, de 4 de fevereiro, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2009.

De referir que as notas não indicadas neste anexo não são aplicáveis, ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

1. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade, em conformidade com o *Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF)*, tendo em conta as principais políticas contabilísticas: i) Comparabilidade; ii) Relevância; iii) Fiabilidade;

Os órgãos de gestão também exercem julgamentos no processo de aplicação das políticas contabilísticas.

a) Propriedade de investimento

Estão registadas como propriedade de investimento, partes do Centro de Negócio e o edifício localizado em Alto Miramar. O Centro de Negócios é composto por 4 pisos, incluindo: a cave com uma sala de formação multimédia; piso térreo com uma sala de formação e reuniões; segundo piso com uma sala de conferências; e nos terceiro e quarto pisos, espaços que podem ser arrendados para escritórios.

Os espaços de arrendamento para escritório, tanto no Centro de Negócios como no de Alto Miramar, continuam ocupados pelo Instituto Marítimo Portuário (IMP).

A renda é mensal e o contrato tem a validade de um ano, renovável automaticamente por igual período. Não transitou para 2023 nenhum pendente, ou seja, a 31 de dezembro do ano transato as rendas estavam liquidadas.

Os gastos e os rendimentos inerentes à exploração do referido edifício "Centro de Negócios" foram contabilizados nas contas de rendimentos e gastos em propriedades de investimento.

b) Os Ativos fixos tangíveis

Encontram-se mensurados ao custo de aquisição, que inclui valor de fatura de fornecedor acrescido de todos os gastos de compra e instalação, deduzidas as depreciações.

Em 2023 o investimento em ativos fixos tangíveis foi em torno de 909.000 ECV (novecentos e nove mil escudos), em equipamentos administrativos e informáticos, para Sede (um servidor, um letreiro CCB, e um púlpito).

As despesas de conservação e reparação que não aumentaram a vida útil dos ativos, e nem resultaram em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis, foram registadas como gastos do período.

Encontra-se pendente a reavaliação de alguns ativos fixos, nomeadamente, o edifício "Centro de Negócios" e a viatura institucional.

c) Depreciações/Amortizações

São calculadas sobre os valores de aquisição ou justo valor, conforme o caso, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As principais taxas utilizadas são: i) edifícios e outras construções 4%; ii) equipamentos de transportes 12,5%; iii) equipamento administrativo, mobiliário e diversos 10% a 25%, e iv) outros ativos fixos tangíveis 5%.

Foram registadas as amortizações acumuladas referentes às propriedades de investimento (Centro de Negócios – 1/3) e ativo fixo tangível (Sede).

d) Abates de ativos fixos

Em 2023 foram registados alguns abates de equipamento obsoletos, os quais foram adquiridos entre 2005 a 2014, estando já completamente amortizados.

e) Ativos intangíveis e amortizações

Em 2023 não foi feito nenhum investimento em ativos intangíveis. Manteve-se o software contabilístico "PRIMAVERA" que está amortizado desde 2013.

f) Investimento financeiros

Em 2023 não foi realizado qualquer investimento em ativos financeiros.

g) Investimentos em curso

Os montantes incluídos na rubrica de investimentos em curso correspondem aos gastos inerentes a construção de quatro pavilhões na Zona Industrial "ZIL", registados em 2020.

Em dezembro de 2023 foi acrescentado o valor da aquisição de 4 (quatro) computadores para Sede e Delegação de Santo Antão, por não terem ficados disponíveis nesse exercício, devido ao processo de importação (Portugal).

h) Especialização de exercícios

Os rendimentos e ganhos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, ou seja, as transações são contabilisticamente reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

Apesar de não se aplicar a instituições sem fins lucrativas, foi constituído uma previsão de direito a férias do pessoal, no valor de 425 (quatrocentos e vinte e cinco) Contos, cerca de 25% do valor total.

i) Responsabilidades assumidas com pessoal

Os benefícios a curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de férias, subsídio de Avaliação de Desempenho (SAD) atribuído no mês de dezembro e quaisquer outras retribuições adicionais decididas, pontualmente, pela Direção. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados.

De acordo com a legislação cabo-verdiana vigente, os trabalhadores têm direito a um mês de férias remuneradas, e coincide com o ano civil e vencem a 31 de dezembro de cada ano. Este encargo representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento.

Os trabalhadores encontram-se integralmente abrangidos pelo regime oficial de previdência social (INPS), seguro de acidentes de trabalho (S.O.A.T.) e seguro de viagens através de uma apólice aberta, não assumindo a instituição qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

No período compreendido entre 1 de janeiro a 31 de dezembro, a CCB manteve ao seu serviço uma média de 19 (dezanove) colaboradores, sendo as principais alterações:

- Contratação em abril de 2023 de uma administrativa, para a delegação de Santo Antão, com contrato semestral;
- Licença sem vencimento de dois anos, renovável no 1º, para o quadro técnico da ilha do Sal, a partir de novembro de 2023.

Em 2023 foi admitido na CCB 05 (cinco) estagiários, sendo 4 (quatro) em regime de estágio profissional, e um para estágio curricular. Os estagiários em regime profissional são absorvidos no âmbito do programa PEPE do IEF, através de um contrato tripartido e duração de seis meses, em que a CCB contribuiu com um percentual do valor da remuneração do estágio, no quadro da política interna do fomento do emprego jovem.

1. CLIENTES

Na conta de “Clientes” foram registados os movimentos com associados, pelo seu valor nominal, nomeadamente, faturas de formações profissionais, algumas faturas de quotas que foram solicitadas pelos associados, e/ou outros débitos derivados das atividades da instituição, permitindo assim um maior controlo.

2. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR

Os rendimentos referentes às quotas dos associados são registados pelo regime de caixa, em que o rendimento só é reconhecido com o respetivo recebimento, através de emissão de uma fatura recibo no valor correspondente.

A conta 26 – “Outras Contas a Receber e a Pagar” inclui alguns movimentos relacionados com Licenciamento Comercial, Quotas, Arrendamento de salas de conferências e formação, Formação Profissional, Eventos Públicos, e Prestadores de Serviços (formadores, consultores, etc.).

3. FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são registadas pelo seu valor nominal, não

vencem juros, e são essencialmente equivalentes ao seu justo valor.

4. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Correspondem às retenções, referentes ao período em análise, efetuadas no processamento das remunerações do pessoal e prestadores de serviços, nomeadamente: i) IRPS (Impostos sobre Rendimentos de pessoas singulares) e ii) INPS (Instituto Nacional de Providências Social) que engloba tanto a retenções dos trabalhadores como os encargos da entidade patronal (CCB). Não consta nenhum pendente referente aos anos anteriores, com nenhuma dessas instituições.

5. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

A CCB manteve os empréstimos contraídos junto ao Banco Comercial do Atlântico, sendo que o processo de a amortização vem decorre normalmente, como previsto:

- Novembro de 2018 - 2.652.000 ECV (dois milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil escudos), para aquisição e instalação de um sistema solar fotovoltaico para o “Centro de Negócio”, amortizável em 5 anos à uma taxa de 6.8% e prestações mensais e consecutivas de 53,0 (cinquenta e três) Contos; Este empréstimo foi totalmente amortizado em dezembro de 2023;
- Dezembro de 2017 - 5.300.000 ECV (cinco milhões e trezentos mil escudos), para remodelação do rés-do-chão em futuros escritórios da sede da CCB, nas seguintes condições: amortizável em 7 anos à uma taxa de 6.85%, renda mensal de 79.000 ECV (setenta e nove mil escudos);
- Maio de 2014 - 9.313.000 ECV (nove milhões, trezentos e treze mil escudos), para realização das obras de remodelação do Centro de Negócios, amortizável em 10 anos, à uma taxa de 10.5%, sendo a renda mensal de 124.000 ECV. Em 2021, foi renegociada a taxa de juro, reduzindo a taxa para 6.8% e o valor atual das prestações mensais para 116.000 ECV.

6. Pessoal

Não foi registado nenhum pendente com pessoal, sendo o saldo da conta - 27 “Pessoal” zero (0).

7. DIFERIMENTOS

Os gastos e rendimentos referentes aos períodos seguintes foram registados na conta de diferimentos (28), nomeadamente, “gastos a reconhecer (281)” e “rendimentos a reconhecer (282)”.

8. CAIXA E DEPÓSITO BANCÁRIO

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, a conta de disponibilidade, Caixa e Equivalentes de Caixa, apresentavam a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022	Varição
1181 – Caixa	0,00	165 000,00	-15 000,00
1211 – D.O. - BCA	4 320 363,00	4 589 808,00	-670 713,00
1212 – D.O. - CECV	4 875 588,00	1 928 859,00	-755 046,00
1213 – D.O. - BI	1 481 541,00	560 960,00	66 498,00
1214 – D.O. - BCN	1 618 546,00	710 023,00	-354 616,00
1215– D.O. - BAI	670 494,00	2 903 526,00	1 332 787,00
12171 - iib	115 257,00	115 257,00	24 257,00
1311 - BCA	318 777,00	318 777,00	0,00
1312 - D.P - CECV-Caixa Económica de Cabo Verde	2 024 334,00	2 000 000,00	367 306,00
1313 - BI_BANCO INTERATLANTICO	6 500 000,00	6 500 000,00	500 000,00

9. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

A conta "caixa" não é movimentada, e as pequenas despesas são realizadas através de fundo fixo tanto na sede como nas delegações. Os recebimentos, em dinheiro ou cheque, são depositados na conta à ordem, o mais tardar, no dia útil seguinte à operação. A conta de depósito à ordem inclui depósitos de curto prazo e são imediatamente realizáveis. A conta de depósitos a prazo engloba pequenos investimentos que vencem juros na ordem de 1% a 1,7% ano e não capitalizáveis com exceção de um depósito a prazo constituído em 2016 na CECV.

Para efeitos de elaboração do mapa de demonstração dos "fluxos de caixa" foram considerados depósitos bancários e os pagamentos. Foi utilizado o método direto de fluxo de caixa e registado um ligeiro aumento em relação ao ano transato:

RUBRICAS	Notas	PERIODO	
		2023	2022
		Valores	Valores
Método Direto			
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	2	8 117 605,00	12 574 900,00
Pagamentos a fornecedores	4	-9 653 855,00	-12 200 919,00
Pagamentos ao pessoal	1i)	-22 360 049,00	-23 591 876,00
Caixa gerada pelas operações		-23 896 299,00	-23 217 895,00
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos	3	29 873 523,00	27 185 554,00
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		5 977 224,00	3 967 659,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	1b)	-908 614,00	-483 238,00
Outros ativos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-908 614,00	-483 238,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-2 719 557,00	2.590.814,00
Juros e gastos similares	10	-216 363,00	-398.134,00
Dividendos	10	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-2 935 920,00	-2.988.948,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		2 132 690,00	495.473,00
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		19 792 210,00	19.296.737,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		21 924 900,00	19.792.210,00

10. GASTOS

Esta rúbrica inclui:

Gastos de atividades empresariais, relacionados com formações profissionais e eventos públicos, apresentam o seguinte saldo:

Atividades empresariais	Real	Orçado	Variação	%
Missões empresariais	3 933 601,00	1 500 000,00	2 433 601,00	162%
Formações profissionais	1 913 454,00	2 950 000,00	-1 036 546,00	-35%
Eventos públicos	0,00	350 000,00	350 000,00	-100%
Fee Gestão de Projetos	404 420,00	1 756 000,00	-1 351 580,00	-77%
Outras não especificadas	0,00	250 000,00	-250 000,00	-100%
Total.....	6 251 475,00	6 806 000,00	-554 525,00	-8%

Gastos de atividades correntes, relacionados com os gastos de funcionamento da instituição, nomeadamente fornecimento e serviços de terceiros, gastos com pessoal, gastos financeiros, outros gastos e encargos, amortizações. O saldo é composto essencialmente por:

Atividades correntes	Real	Orçado	Variações	%
Fornecimentos e Serviços de Terceiros	8 535 020,00	9 264 000,00	-728 980,00	-7,87%
Gastos com Pessoal	24 287 168,00	25 219 000,00	-931 832,00	-3,69%
Gastos Financeiras	216 363,00	250 000,00	-33 637,00	-13,45%
Outras Gastos e Encargos	1 107 240,00	700 000,00	407 240,00	58,18%
Amortizações	3 323 029,00	3 550 000,00	-226 971,00	-6,39%
Total.....	37 468 820,00	38 983 000,00	-1 514 180,00	-3,88%

Os gastos inerentes à exploração do bem de investimento, a saber:

- j) eletricidade e água; ii) conservação e reparação; foram registados na conta de gastos de projetos investimento "Centro de Negócio". Os gastos com amortização do empréstimo para remodelação do edifício foram registados nas contas gastos financeiros "juros suportados".

- **Outros gastos financeiros**, composto essencialmente por:

Outros gastos exploração e financeiros	Real	Orçado	Variação	%
Juros Suportados	216 363,00	250 000,00	-33 637,00	-15,55%
Gastos projetos investimento "Centro de Negócio"	788 416,00	500 000,00	288 416,00	36,58%
Gastos Extra. E.A	318 824,00	200 000,00	118 824,00	37,27%
Total.....	1 323 603,00	950 000,00	373 603,00	28,23%

11. RENDIMENTOS, estão divididos em:

Rendimentos de atividades empresariais, que englobam os seguintes rendimentos:

Atividades empresariais	Real	Orçado	Varição	%
Missões	3 933 601,00	1 500 000,00	2 433 601,00	162%
Formações	1 913 454,00	2 950 000,00	-1 036 546,00	-35%
Eventos	0,00	350 000,00	-350 000,00	-100%
Fee Gestão de Projetos	404 420,00	1 756 000,00	-1 351 580,00	-77%
Outras Atividades	0,00	250 000,00	-250 000,00	-100%
Total.....	6 251 475,00	6 806 000,00	-554 525,00	-8%

Rendimentos de atividades correntes, como o nome indica, estão relacionados com o próprio funcionamento da instituição como sejam: i) quotas; ii) licenciamento comercial, e com o seguinte saldo:

Atividades empresariais	Real	Orçado	Varição	%
Quotas	11 153 000,00	11 000 000,00	153 000,00	1,39%
Licenciamento	19 937 000,00	16 000 000,00	3 937 000,00	24,61%
Outras Atividades	35 288,00	0,00	0,00	100,00%
Total.....	31 125 288,00	27 000 000,00	4 090 000,00	15,15%

Outros Proveitos e ganhos financeiros, englobam os rendimentos provenientes de i) Juros de depósito a prazo, ii) Rendas de exploração do edifício "Centro de Negócio", iii) serviços "videoconferências" e iv) outros proveitos, nomeadamente:

Proveitos e ganhos financeiros	Real	Orçado	Varição	%
Juros de depósito bancário	65 730,00	65 000,00	68 694,00	105,68%
Rendas Prop. Investimento - "Centro Negocio"	5 994 524,00	4 890 000,00	1 541 457,00	31,52%
Outros Proveitos	243 607,00	440 000,00	0,00	100,00%
Total.....	6 303 861,00	5 395 000,00	1 610 151,00	29,85%

12. CAPITAL PRÓRIO E RESULTADOS

A conta de resultados engloba o resultado líquido do exercício e de exercícios anteriores.

No exercício de 2023 foram contabilizados gastos no montante de 43.925.000 ECV (quarenta e três milhões, novecentos e vinte e cinco mil escudos) e rendimentos no montante de 43.944.000 ECV (quarenta e três milhões, novecentos e quarenta e quatro mil escudos), sendo o resultado do exercício positivo e no valor de 19.678 ECV (dezanove mil, seiscentos e setenta e oito escudos).

13. MAPA DE VARIAÇÃO DE CAPITAL PRÓPRIO E RESULTADOS

Não houve variação de capital próprio. As correções relativas ao período transato não foram relevantes, pelo que por este motivo foram registadas nas contas de gastos e rendimentos do período.

	Capital próprio atribuído aos detentores do capital (entidade individual/empresa mãe)										
	Capital realizado	Reservas Legais	Outras reservas	Ajustamentos em ativos Financeiros	Outras Variações no capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	Total	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PÉRIODO 2023	1	0,00	0,00	39 287 626,00		0,00	-4 303 575,00	346 758,00	35 330 809,00		35 330 809,00
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO											0,00
Resultado líquido do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19 678,00	19 678,00	0,00	19 678,00
Primeira adoção novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações nas políticas contabilísticas e as correções de erros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO EXTENSIVO	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19 678,00	19 678,00	0,00	19 678,00
OPERAÇÕES C/ DETENTORES CAPITAL NO PERÍODO											
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações com detentores de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS OPERAÇÕES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	346 758,00	-346 758,00	0,00	0,00	0,00
GANHOS EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	346 758,00	-346 758,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÕES NO FIM DO PÉRIODO 2023 (1+2+3+4)		0,00	0,00	39 287 626,00	0,00	0,00	-3 956 817,00	19 678,00	35 350 487,00	0,00	35 350 487,00



CONSULTADORIA FINANCEIRA, GESTÃO E REPRESENTAÇÕES, LDA.

NIF: 252245067

Exmo. Senhor
PRESIDENTE DA DIREÇÃO DA CÂMARA DE
COMÉRCIO DE BARLAVENTO / AGREMIÇÃO
EMPRESARIAL
S. Vicente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Opinião

Auditamos as demonstrações financeiras da CÂMARA DE COMÉRCIO DE BARLAVENTO / AGREMIÇÃO EMPRESARIAL abreviadamente CCB / AE, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2023, a demonstração dos resultados, a demonstração das alterações do capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa, findo naquela data, bem como o respetivo anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras informações explicativas.

Salvo algumas recomendações apresentadas para serem implementadas em 2024, a nossa opinião é que as demonstrações financeiras são apresentadas de forma apropriada, com um ativo líquido de 46.535 mEcv, um património líquido de 35.351 mEcv e um passivo de 11.184 mEcv, representam em todos os aspectos materiais a posição em 31 de Dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro, mesmo não sendo obrigatório a aplicação do SNRF nas associações sem fins lucrativos.

Bases para a opinião

A Direcção anulou a participação financeira no capital de SGZ, SA no valor líquido de 1.925 m Ecv, que representou uma perda para o exercício, por o Ministério das Finanças (UASE), ter decidido pela liquidação e nomeado liquidatário único, para o efeito, em Assembleia geral dos acionistas.

Quanto a participação na Afroverde, SA, ficou tecnicamente sanada, com cobertura por imparidade para o valor realizado de 300 mECV. Em reunião dos acionistas decidiu-se pela venda à Orango Investment Corporation, de todas as ações subscrita e realizada pelos acionistas, pelo valor nominal de 1.000\$00. A CCB/AE assinou um contrato de compra e venda de ações em 07/09/21, no valor total de 300.000\$00 correspondente as 300 ações realizadas.

O registo de quotas dos associados está a ser feito pelo sistema de caixa, o que eliminará créditos incobráveis.

CCB/AE - Câmara de Comércio de Barlavento / AE - Exercício Económico de 2023
Av. Che Guevara, 5 — Caixa Postal 704 — Telefones: 252 57 75 / 231 96 03 — Telefax: 231 96 04
E-mail: finger@cvtelcom.cv

S. VICENTE — REPÚBLICA DE CABO VERDE

Incerteza material relacionada com a continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas num contexto normal de continuidade da instituição, no futuro, prevendo continuação de retoma da economia, apesar da guerra na Europa e Médio Oriente e uma tentativa de controlo da inflação no mundo inteiro.

No desenvolvimento do trabalho de auditoria, tomamos conhecimento dum leque de projetos e programas para liderança do sector empresarial privado desde 2019, assinando acordos de descentralização de alguns serviços públicos para as Câmaras, nomeadamente o “licenciamento industrial” e emissão de “Certificados de Origem”. Em 2023 ainda não foram materializados esses programas e limitou-se a dar alguma assistência aos empresários, como nos anos anteriores

Matérias relevantes da Auditoria

Funcionou em pleno o Prédio da Sede / Centro de Negócios, ocupado fisicamente pela CCB /AE em Janeiro de 2018, depois de introduzido alterações ao projeto inicial do edifício para absorver mais serviços desconcentrados do Estado para esta Região, mas mesmo com as dívidas quanto ao crescimento económico, os rendimentos nesse setor continuou a aumentar para 6.431 mECV (5.995 mEcv em 2022).

No exercício em análise mantivemos ainda com 2 empréstimos do BCA de valor inicial global de 17,303 mEcv e em 31.12.23 a dívida era de 1.717 mEcv (10 % do valor inicial).

A CCB/AE, em AG, tomou a decisão de parar com a construção dos dois Pavilhões na ZIL e o produto dos empréstimos encontram na tesouraria praticamente improdutivo e seria tecnicamente aconselhável pedir a liquidação da dívida existente dos dois empréstimos em falta. A desistência de não dar continuidade a construção dos Pavilhões/ZIL traz um risco inerente, se na passagem para o ZEEEMSV, não se salvaguardar o retorno do investimento em curso no valor de 2.078 mEcv

Das recomendações da auditoria anterior, não foi implementado a separação do valor dos terrenos das construções. Deve-se recordar que na data da construção do prédio da Sede / Centro de Negócios não se vendia terrenos e o da Rua da Boavista é propriedade horizontal.

Os rendimentos das atividades empresariais reduziram para 6.251 mEcv (11.739 em 2022) destacando as missões empresariais com cerca de 63% do total, sendo a contribuição da margem bruta para este exercício, de cerca 38% do realizado.

Responsabilidade do órgão da Direcção e dos encarregados da governação pelas Demonstrações Financeiras

A Direcção e os encarregados da governação são responsáveis pela preparação e apresentação apropriadas destas demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base na auditoria, que foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a apropriação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela Direção, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

A CCB/AE forneceu-nos o relatório da Direção e não verificamos fatos relevantes que não estivessem de acordo com o plano de atividades e orçamento para o ano em análise

Somos independentes da CCB / AE de acordo com os requisitos do Código de Ética do International Ethics Standards Boards for Accountants (IESBA) e com as normas éticas do Código de Ética da OPACC – Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, relevantes para auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde e cumprimos com as restantes responsabilidades éticas previstas no código de ética do IESBA.

Mindelo, 19 de Fevereiro de 2024

Finger – Consultadoria Financeira
Sociedade de Auditores Certificados, Lda



-Manuel de Jesus Monteiro-
Auditor Certificado – OPACC -CV
Cédula Profissional n.º 017

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ano económico de 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Senhores associados,

RELATÓRIO

No cumprimento do mandato, que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, analisamos a atividade da **Câmara de Comércio de Barlavento/Agremiação Empresarial - CCB/AE**, relativamente ao período findo em 31 de Dezembro de 2023, examinamos os livros, registos contabilísticos e demais documentações, constatamos a observância da lei e dos estatutos nos seus aspetos mais relevantes e obtivemos da Direção e dos demais serviços os esclarecimentos necessários.

As Demonstrações Financeiras, onde se inclui um balanço analítico, que evidenciam um Ativo de 46.535 milhares de escudos, um Passivo de 11.184 milhares de escudos, um total de Capital Próprio de 35.351 milhares de escudos e uma Demonstração de Resultados por Funções, com um resultado líquido positivo de 20 mil de escudos e diversos quadros de apoio, lidos em conjunto, com os relatórios de gestão preparados pela Direção e pelo Auditor independente, permitiram-nos uma adequada compreensão da situação financeira, a formação dos resultados do período da agremiação e que satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.

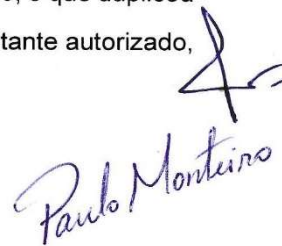
Para a preparação da informação financeira, a CCB/AE adota o Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro – SNCRF, resultando disto as divulgações que o normativo estabelece, não obstante, o mesmo não ser obrigatório nas associações sem fins lucrativos.

O SNCRF, em vigor desde 2009, estabelece os requisitos que uma entidade deve observar no processo de relato financeiro. Uma característica qualitativa da informação exigida pelo normativo é a sua comparabilidade com informações do período precedente. A informação divulgada nas Demonstrações Financeiras e relativa ao período de 2023 é comparada com o ano de 2022.


Paulo Monteiro


De toda a atividade da CCB/AE em 2023, constatamos e damos relevo aos seguintes fatos:

- I. O registo de quotas dos associados está a ser feito pelo sistema de caixa, eliminando os créditos incobráveis.
- II. Em Assembleia Geral dos Acionistas, O Ministério das Finanças decidiu pela liquidação da SGZ, SA (Zona Industrial do Lazareto), o que levou a Direção a anular a participação financeira no capital da referida sociedade, no valor líquido de 1.950 milhares de escudos.
- III. Em reunião dos acionistas decidiu-se pela venda à Orango Investment Corporation, de todas as ações subscritas (300), pelo valor nominal de 1.000\$00, pelo que, a participação ficou tecnicamente sanada, com a cobertura por imparidade para o valor realizado de 300 milhares de escudos.
- IV. Estão segurados os equipamentos de maior valor, como os edifícios, equipamentos de vídeo conferência, alguns recheios de escritórios e a viatura Toyota. Em relação a viatura está completamente amortizado há mais de 9 anos, contabilisticamente, pelo que deverá ser reavaliado, conforme a legislação fiscal.
- V. A 31/12/2023, o somatório de todas as dívidas (2 empréstimos junto do BCA) era de 1.717 contos (4.437 contos, em 2022). Esses créditos referem-se a obras de remodelação do prédio na Av. 5 de Julho e aquisição de painéis solares. Tendo em conta a forte credibilidade da CCB/AE haverá interesse dos Bancos, em continuar a financiar projetos de desenvolvimento do setor privado, liderado pela CCB/AE.
- VI. Em sede da AG que autorizou a Direção a contrair um empréstimo, a CCB/AE decidiu não avançar com o projeto de construção dos dois Pavilhões na ZIL, portanto, não foi solicitado o empréstimo. Devido a recessão provocada pela pandemia da COVID-19 houve uma escalada de preços a nível internacional, em particular do aço, o que duplicou o orçamento original do projeto, orçamento esse muito superior ao montante autorizado, em sede da AG, e fora do espaço orçamental da CCB.


Paulo Monteiro

De toda a atividade da CCB/AE em 2023, constatamos e damos relevo aos seguintes fatos:

- I. O registo de quotas dos associados está a ser feito pelo sistema de caixa, eliminando os créditos incobráveis.
- II. Em Assembleia Geral dos Acionistas, O Ministério das Finanças decidiu pela liquidação da SGZ, SA (Zona Industrial do Lazareto), o que levou a Direção a anular a participação financeira no capital da referida sociedade, no valor líquido de 1.950 milhares de escudos.
- III. Em reunião dos acionistas decidiu-se pela venda à Orango Investment Corporation, de todas as ações subscritas (300), pelo valor nominal de 1.000\$00, pelo que, a participação ficou tecnicamente sanada, com a cobertura por imparidade para o valor realizado de 300 milhares de escudos.
- IV. Estão segurados os equipamentos de maior valor, como os edifícios, equipamentos de vídeo conferência, alguns recheios de escritórios e a viatura Toyota. Em relação a viatura está completamente amortizado há mais de 9 anos, contabilisticamente, pelo que deverá ser reavaliado, conforme a legislação fiscal.
- V. A 31/12/2023, o somatório de todas as dívidas (2 empréstimos junto do BCA) era de 1.717 contos (4.437 contos, em 2022). Esses créditos referem-se a obras de remodelação do prédio na Av. 5 de Julho e aquisição de painéis solares. Tendo em conta a forte credibilidade da CCB/AE haverá interesse dos Bancos, em continuar a financiar projetos de desenvolvimento do setor privado, liderado pela CCB/AE.
- VI. Em sede da AG que autorizou a Direção a contrair um empréstimo, a CCB/AE decidiu não avançar com o projeto de construção dos dois Pavilhões na ZIL, portanto, não foi solicitado o empréstimo. Devido a recessão provocada pela pandemia da COVID-19 houve uma escalada de preços a nível internacional, em particular do aço, o que duplicou o orçamento original do projeto, orçamento esse muito superior ao montante autorizado, em sede da AG, e fora do espaço orçamental da CCB.


Paulo Monteiro

- VII. A 31/12/2023 a CCB/AE não detinha moeda estrangeira em cofre e era devedora de instituições estrangeiras, em 119 milhares de escudos. Entretanto, reforça-se, a importância da adesão nas instituições estrangeiras, como forma de internacionalização da Câmara, o que vai de encontro aos objetivos da Direção.
- VIII. Referente aos Rendimentos em Atividades Empresariais (taxa de realização: 92% do orçamentado) houve um decréscimo de 5.563 contos (2023: 6.251 contos; 2022: 11.814 contos), liderado pelas receitas das Missões (3.934 contos) e Receitas de Formação (1.913 contos).
Referente aos Rendimentos em Atividades Correntes (taxa de realização: 103% do orçamentado) houve um ligeiro aumento de 1.081 contos (2023: 31.125 contos; 2022: 30.044 contos), liderado pelo Licenciamento Comercial (19.937 contos) e Quotas e Jóias (11.153 contos).
- IX. Foram assinados, desde 2019, acordos de descentralização de alguns serviços públicos, para reforço da liderança do sector empresarial, como o Licenciamento Industrial e Certificação de Origem, entretanto, em 2023, ainda não foram materializados esses programas. O contexto de incertezas internacionais, entre as quais, a guerra na Europa e no Médio Oriente, inflação nos preços terão canalizado as prioridades do Governo. Entretanto, a CCB/AE deu assistências, nessas matérias aos empresários.
- X. Não é obrigatório o pagamento de quotizações internacionais, pelo que o orçamento não previa essa rubrica, entretanto, para maior notoriedade da CCB/AE, no contexto internacional, bem como, sua internacionalização, recomenda-se uma dinamização junto com as outras Câmaras do país, para esse efeito. Inclusive, uma afiliação conjunta, através do Conselho Superior das Câmaras de Comércio e do Turismo.
- XI. A CCB/AE tem cumprido com a sua função principal que é de apoiar os seus associados, em ter maior eficácia no desempenho das suas atividades empresariais. Certificada com o ISO 9001, a CCB/AE tem sido um interlocutor ativo entre o Governo e os associados, referente as políticas de aumento da economia, não obstante os choques externos. Pelo exposto, a CCB/AE deverá continuar a atrair novos sócios e fidelizar os atuais.


Paulo Monteiro

PARECER

Nestes termos e considerando as informações obtidas do relatório da Direção, damos o seguinte parecer:

- I. Seja aprovado o relatório de Gestão da Direção;
- II. Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras compostas pelo Balanço e Demonstração dos Resultados por Natureza, Demonstração dos Fluxos de Caixa, bem como, o relatório do Auditor Independente e que fazem parte deste relatório do CF – Conselho Fiscal;

Mindelo, 13 de Março de 2024

O Presidente do Conselho Fiscal, Garantia Seguros, representado pelo Dr. Paulo Monteiro




O vogal, Matec, SA, representado pelo Eng. Pedro Medina



O vogal, Limage, Lda, representado pelo Sr. José Gomes Lima




[5.8] Legislação publicada em 2023

Decreto-lei nº 3/2023

Cria o Fundo Social designado “Fundo MAIS”, com o objetivo de financiar projetos, ações, atividades e medidas de políticas sociais de proteção dos grupos mais vulneráveis, visando a eliminação da pobreza extrema.

Decreto-lei nº 2/2023

Alteração do Decreto-lei n.º 37/2015, de 29 de julho, que estabelece o regime das atividades de recreio e turismo náutico e da sua exploração económica.

Decreto regulamentar nº 1/2023

Regula o procedimento administrativo de concessão do Certificado do Investidor Emigrante.

Decreto-lei nº 5/2023

Regula as bases da concessão do serviço público de transporte aéreo regular interno de passageiros, carga e correio, bem como as respetivas bases das obrigações de serviço público.

Decreto-lei nº 9/2023

Regulamenta o n.º 2 do artigo 12º, da Lei n.º 73/IX/2020, de 2 de março, que define a isenção de impostos para aquisição do material, na construção, ampliação ou requalificação da primeira habitação em Cabo Verde do investidor emigrante com residência permanente no estrangeiro.

Resolução n.º 20/2023

Aprova as Diretivas de Investimentos do Fundo MAIS para o ano de 2023.

Decreto n.º 4/2023

Acordo de Financiamento Adicional para o Projeto de Turismo Resiliente e Desenvolvimento da Economia Azul em Cabo Verde.

Portaria nº 24/2023

Novos critérios de classificação dos grandes contribuintes.

Decreto nº 5/2023

Aprova um financiamento, não reembolsável, para a elaboração de um estudo sobre a Melhoria dos Transportes para o Turismo em Cabo Verde.

Decreto-lei nº 19/2023

Altera o regime jurídico da concessão de serviço público aeroportuário, assim como se altera o regime jurídico de fixação e atualização das tarifas aéreas.

Decreto-lei nº 20/2023

Altera a Lei dos Portos de Cabo Verde, transferindo as atribuições e competências de regulação económica do setor portuário, da DNPM - Direção Nacional das Políticas do Mar, para a ARME - Agência Reguladora Multisectorial da Economia.

Lei nº32/X/2023

Aprovação da 3ª alteração ao Código Laboral Cabo Verdiana

Resolução nº52/2023

Aprovação do Plano de Ação da Estratégia para a Governação Digital de Cabo Verde 2023-2025

Resolução nº55/23

Aprovação do plano de comunicação do Programa de Ação Climática

A Lei nº33/X/2023

Definição das condições de atribuição, aquisição, perda e reacquirição da nacionalidade cabo-verdiana.

Decreto – Lei nº23/2023

Aprovação do regime Jurídico de Avaliação Ambiental e Social Estratégica dos Planos e Programas em Cabo Verde.

Portaria conjunta nº38/2023

Aprovação do modelo da carteira profissional digital e definição das suas especificações técnicas.

Resolução nº62/23

Autorização da alteração orçamental entre projetos a financiar pelo Fundo do Ambiente.

Decreto – legislativo nº1/23

Aprovação do código do Procedimento Administrativo.

Despacho nº 71/2023

Cria a plataforma do sistema nacional de investimento.

Decreto-lei nº27/23

Estabelecimento normas aplicáveis serviços de confiança referente uso assinatura eletrónica e certificação eletrónica.

Decreto-lei nº28/2023

Estabelecimento do regime jurídico de proteção e classificação dos percursos pedestres recomendados em Cabo Verde.

Deliberação nº10/2023

Fixação da taxa da contribuição para a Agência Reguladora ERIS para o ano económico de 2024.

Decreto – lei nº33/23

Estabelecimento da política tarifária do serviço público de transporte Marítimo Interilhas de passageiros e cargas.

Decreto-lei nº34/2023

Alteração DL nº37/2011 de 30/12 que define classificadores receitas/despesas, ativos ã financeiros, ativos e passivos financeiros.

Portaria nº56/2023

Elaboração da fatura pelo próprio adquirente de bens ou serviços, em nome e por conta do sujeito passivo fornecedor.

Lei nº35/X/2023

Aprovação do Orçamento do Estado para o ano Económico de 2024.



A NOSSA **MISSÃO** É O SEU **NEGÓCIO**.

Fazemos tudo para promover o negócio e o investimento enquanto veículos de crescimento e prosperidade inclusivo.